

Vamos pra terceira parte das nossas perguntas em bloco, a gente separou ali três lugares próximos ali pra que os inscritos já possam vir para cá em bloco e possam falar aí de uma maneira mais rápida, reforço novamente aí a necessidade de manter o ambiente de urbanidade, pra que todo mundo possa usar o uso da palavra com tranquilidade, gerando o seu raciocínio, sem interrupções indevidas, né? O ambiente tá muito bom nesse sentido e agradeço a todos pelo respeito que tá ocorrendo no âmbito dessa audiência. Então, vou chamar o primeiro bloco de perguntas. Maria de Lourdes, IBRAM, Daniela Campolina Vieira, moradora de Rio Acima. Thiago Fernando Dias, inspetor adjunto do CREA. Os três podem... já tão ali, já podem ficar. Maria de Lourdes, você tem três minutos pra fazer o uso da palavra, fica à vontade. O uso da palavra que se quiser direcionar perguntas ao empreendimento, porque o empreendimento, logo após ao bloco de perguntas, terá seis minutos pra fazer apontamentos sobre todas as manifestações aqui dos blocos, tá bom? Maria, fica à vontade.

[00:07:31]

Sra. Maria de Lourdes: Boa noite, meu nome é Maria de Lourdes, eu tô representando aqui o Instituto Brasileiro de Mineração, todo mundo ouvindo? O IBRAM, e o IBRAM, só rapidamente, é uma organização privada, sem fins lucrativos e que tem mais de 200 associados e cerca de 70 empresas mineradoras dentre esses 200, que representam 85% da produção mineral do país. A minha presença aqui tem... bastante oportuna após a fala da Teca e do Daniel, porque eu gostaria de comentar um item importantíssimo pra o contexto dessa discussão, que é o Parque Nacional da Serra do Gandarela. Eu sou conselheira do Conselho Consultivo do Parque Nacional e nós temos um trabalho e Teca, fizemos juntas o trabalho e eu vi aqui algumas outras pessoas, nós fizemos o zoneamento do parque em novembro de 22 e esse zoneamento foi um trabalho muito sério de uma semana que nós discutimos e culminou nesse zoneamento e com representação da sociedade civil, dos órgãos públicos, dos usuários do território, de empresas, instituições de ensino e pesquisa. Uma representatividade importantíssima. Lembrando que o conselho consultivo tem 25 representantes titulares e 25 suplentes. O que que é importante? Por que que eu tô falando do Parque Gandarela? O parque foi criado em 2014, após o começo do Projeto Apolo, antigo, original em 2009. E esse parque foi criado... na criação, a Vale começou a rever os conceitos e começou a inovação nesse projeto, em função do Parque Gandarela, esse parque foi criado em função dessa proposta da Vale. Existe aqui e eu vou pedir licença para ler, uma das competências no Regimento Interno do Conselho Consultivo e eu acho bastante relevante, é propor diretrizes e ações pra

compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, ou seja, isso que foi pontuado aqui, o fato do projeto da Vale estar no entorno do parque ou do parque estar no entorno da Vale, é um componente positivo, porque dentro do plano de manejo, dentro do zoneamento, nós colocamos restrições e colocamos algumas questões da forma de atuação da Vale naquele local. Eu acho que uma das questões aqui que eu gostaria de dizer pra finalizar é que o IBRAM está aqui como representante, como eu disse, representa o setor...

[00:10:59]

Sr. Vitor Salum: Pessoal, revisando a forma como a gente já dispôs da audiência pública, os três minutos do tempo de fala ou os 40 ou os 10, assim que interromper a gente vai determinar o cancelamento do tempo de fala por meio do microfone, senão a gente não consegue cumprir nosso rito, perfeito? Pode vir, Daniela, fica à vontade. Reforçando aqui que a Maria me perguntou, independente do objeto de fala, caso qualquer participante da audiência queira protocolar algum tipo de documento ou então algum formulário de pergunta a equipe técnica tá à disposição pra receber os protocolos, tá bem? Daniela, fica à vontade.

Sra. Daniela Campolina: Tudo bem?

Sr. Vitor Salum: O tempo tá ali na tela para você se guiar.

[00:11:47]

Sra. Daniela Campolina: Ah, sim. Tudo bem. Então, boa noite. Eu sou a Daniela, sou moradora de Rio Acima, ninguém aqui tá falando, né? Nós não tivemos nem audiência em Rio Acima, mas tem 5 km da cava até Rio Acima. E aí falaram, “ah, vocês em Rio Acima podem ir na audiência em Santa Bárbara”, eu demorei quatro horas pra chegar aqui, né? Então, primeira coisa, se falou muito em projeto novo, novo conceito, novas tecnologias, inovação... não existe nenhuma tecnologia, nenhuma inovação, nenhum novo conceito capaz de quê? De não destruir esse aquífero pela mineração. Então, a minha pergunta é: cadê os metros cúbicos que vão ser destruídos? Quanto? Porque é muito simples falar em metro quadrado, metro quadrado é fácil falar eu quero ver é metro cúbico porque o que vai destruir em metro cúbico a água de Rio Acima, da região metropolitana, de Santa Bárbara, de Caeté em metro cúbico! Não em metro quadrado não! Então eu quero que me responda o pessoal do projeto quantos metros cúbicos, quantos bilhões de metros cúbicos vão ser destruídos. Primeiro, a rocha em si, que é o aquífero, que é o aquífero mais importante que a gente tem

em Minas Gerais, primeiro isso, destruição definitiva! Não existe compensação, não existe tecnologia, não existe novo conceito, velho conceito, conceito nenhum! Se vai minerar, vai explodir o aquífero! Vai explodir! E junto com ele a nossa água! No meio de uma mudança climática! Olha o Rio Grande do Sul aí! Quantos bilhões o governo está tendo que fazer por causa do Rio Grande do Sul?! Uma pilha! Em cima das nossas cabeças! Eu estou lá em cima! 240 metros lá em cima! Eu achei que eu ia morrer por causa de barragem?! Eu tô achando que eles vão matar a gente antes de sede! E de doença respiratória! Então, ou seja, a minha pergunta é essa: por que não se falou do aquífero Cauê? Quantos metros cúbicos estão aí? Porque é muito simples. Outra coisa, ah, 95% nós não vamos usar mais, mas cadê a conta da água nossa que vai ser desaparecida? Não vem falar que vai bombear não. Gente, eu sou professora de educação básica, meus alunos do sexto ano sabem isso! Do sexto ano! Água superficial é uma coisa, água subterrânea é outra! Então não basta explodir o nosso aquífero, não! Ainda vai transformar a nossa reserva, que é água subterrânea, em água superficial! E no meio das mudanças climáticas! Gente... essa água demorou milhões de anos pra infiltrar e ficar armazenada. Não existem mais as condições climáticas pra esse armazenamento. Além dos eventos extremos, que vão jogar essa pilha nas nossas cabeças, vão explodir o aquífero! Vão acabar com a nossa água subterrânea, com a nossa reserva de água. Então, a minha dúvida é essa: qual que é a compensação pra isso? Existe compensação? Quantos metros cúbicos de água e de aquífero que vocês vão destruir? Tem como compensar? Que eu saiba, não. Obrigada.

[00:14:57]

Sr. Vitor Salum: Pessoal, vou orientar aqui, vou repassar, na verdade, o recado da equipe técnica aqui do apoio de som. Já valendo aí pra você, Thiago, tenta falar um pouco mais perto da mesa aqui que eu estou, mais perto daqui para evitar a microfonia, beleza? Pode vir, fica à vontade. Pode usar a outra também, não pode? Fica à vontade aí, Thiago, claro.

Sr. Thiago Fernando: Boa noite. Meu nome é Thiago, sou morador aqui de Santa Bárbara e tô representando também o CREA como inspetor... meu nome é Thiago, eu estou representando o CREA aqui também como inspetor de junto e minha pergunta é a seguinte: como a Vale pretende aplicar tecnologia avançada e práticas de mineração sustentável na execução do projeto da Mina Apolo, visando não só a eficiência operacional, mas também minimização do impacto ambiental e de que forma essas ações contribuem para gerar benefícios socioeconômicos significativos para as comunidades locais, assegurando a participação ativa e integração dessas comunidades no desenvolvimento do projeto.

Sr. Vitor Salum: Só isso, Tiago? Obrigado. Vou chamar o empreendedor pra resposta dos primeiros blocos de perguntas. Peço aí que se atentem principalmente à resposta no que tange à criação do parque, impacto em recursos hídricos e tecnologias que serão utilizadas na produção.

[00:17:32]

Sra. Maria Luíza: Boa noite, meu nome é Maria Luíza. Eu gostaria de esclarecer algumas questões relacionadas à água que foram colocadas. Primeiramente, o minério de ferro é sim uma rocha aquífera e o percentual que será lavrado na cava do Projeto Apollo representa 3%, cerca de 3% de todo o aquífero da formação ferrífera da Serra do Gandarela. Esse percentual que será retirado, ele não tem capacidade de impedir que o fluxo de água subterrânea que acontece na serra permaneça acontecendo da forma como acontece hoje. O que irá acontecer é que durante a operação da lavra o bombeamento dessa água subterrânea existente nesse aquífero precisará ser feito pra poder permitir o avanço da lavra em profundidade. Então, durante a operação da lavra, esse bombeamento é feito, a água sai nos poços, ela não é transformada em água superficial diretamente dos poços, como água subterrânea do Aquífero Cauê será destinada à reposição daquelas nascentes que estiverem diretamente conectadas a este aquífero. Não são todas as nascentes que são impactadas. O impacto... é... nós fazemos primeiramente, já fizemos e estamos monitorando todas as nascentes de entorno, conhecemos as nascentes, sabemos aquelas que têm um potencial impacto. E o rebaixamento, na medida que ele vai acontecendo, que não é tudo de uma vez, ele é gradativo, nós monitoramos, identificamos esse avanço e a água será destinada para a reposição da mesma água subterrânea retirada no poço, colocada na nascente, sem alteração do volume da quantidade. Após finalizado o processo de lavra essa água retorna, ocupando o vazio deixado pela cava, num volume de água maior, inclusive, daquele que existia no aquífero, porque nós teremos uma porosidade de 100% ali dentro e não mais 28, 30% como era do aquífero. Ou seja, a alteração, ela acontece durante a lavra, o percentual retirado não é suficiente para alterar toda a dinâmica hídrica da Serra do Gandarela.

[00:19:58]

Sr. Vitor Salum: Pessoal, mantenham a urbanidade pra gente conseguir manter o tempo aqui e vamos aguardar todas as manifestações, por favor.

Sr. Rafael Barbosa: Boa noite, meu nome é Rafael Barbosa, sou atual responsável pelo desenvolvimento do projeto, trabalho na área de desenvolvimento de projetos. Eu vim

responder à pergunta do Thiago que falou sobre como aplicar tecnologias de mineração pra reduzir os impactos ambientais e gerar benefícios socioambientais. Eu queria colocar que o Projeto Apolo é um modelo de desenvolvimento que vem sendo discutido com a comunidade há mais de 10 anos. Tudo que foi mostrado aqui no Projeto Apolo de redução, de eliminação de possíveis impactos, foi um processo de escuta com a comunidade e as tecnologias estão aplicadas. Só foi possível chegar nesse conceito a partir de escuta ativa e desenvolvimento tecnológico, né? Nós estamos trazendo para o Apolo o conceito de mina do futuro, mina minimamente invasiva, mina hiperconectada, com inteligência artificial, com transportador de correia ligando a mina à usina pra eliminação de caminhão, com caminhão autônomo, com uma série de iniciações tecnológicas que vão poder inclusive fomentar esse tipo de mão de obra mais tecnológica nas comunidades, trazendo capacitação para esse tipo de tecnologia. Então a comunidade está integrada e nós estamos trazendo inclusive um novo cenário pra comunidade de acessar tecnologias novas a partir dessa capacitação. Então, o Projeto Apolo, novamente, um projeto que eliminou a barragem, eliminou o impacto, eliminou o rejeito, reduziu a área em 32%, como foi mostrado aqui, e está inserindo nele diversas tecnologias que vão contribuir inclusive pro desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Obrigado.

[00:21:46]

Sr. Vitor Salum: Beleza? Então, Daniel, você que manda no tempo aí, tá tranquilo. Não sei, se tiver algum ponto que queira falar o tempo está facultado a vocês, vocês fiquem à vontade de fazer essa avaliação. Eu acho que é importante, logicamente, trazer aqui as discussões, estou sempre tentando também dar o foco às perguntas, que eu acho que é muito importante, no que que tá, pra gente não perder o objetivo, mas caso tenha alguma necessidade de complementar aí vocês ficam à vontade, o tempo é de exposição pra própria população. Então, vamos para o segundo bloco. Tiago de Abreu, CREA. Peço que possa vir aqui na frente pra gente. Não, foi o Tiago Fernando. Espera só um minutinho que eu vou chamar em bloco. William Anastácio, Comunidade do André. Antônio Cornélio, ACISB. ACISB. ACISB? ACISB, desculpe, tá? Então, Thiago, fica à vontade aqui, três minutos para você expor aí a sua manifestação, depois a gente chama o William e o Antônio. O William tá aí? Chegou? Ótimo. Antônio Cornélio.

[00:23:30]

Sr. Thiago de Abreu: Boa noite, eu sou o Thiago, sou inspetor-chefe de Barão de Cocais e região. Primeiro eu saúdo o presidente Marcos Gervásio e eu pergunto... estão me ouvindo agora? Sou o Thiago, eu sou inspetor-chefe de Barão de Cocais e região, Santa Bárbara e

Catas Altas. Eu saúdo o presidente Marcos Gervásio, a região. E gostaria de saber se a Vale tem algum plano de reconhecimento e emprego pros profissionais da região e das empresas da região de engenharia. E gostaria de saber quais são as compensações ambientais e projetos, e quantos empregos serão gerados e se serão priorizados os moradores da região. E a Vale tem diversas minas no estado e, por acaso, se ela preserva as áreas verdes dos territórios de Minas Gerais. Seria isso. Obrigado, gente.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Tiago. William Anastácio, Comunidade do André, tá aí? O William? Só vou avisar, gente, como a gente mudou o foco... não, pode ficar aqui mesmo. Aqui tá dando microfonia. Eu só vou te avisar que o tempo ali, se você quiser se orientar, tá naquela tela, tá bom? Fique à vontade. William, pode falar, três minutos.

[00:25:22]

Sr. Wiliam Anastácio: Pessoal, boa noite. Como foi dito, meu nome é William, William Figueiredo, sou professor do Estado e quero aqui cumprimentar a todos da mesa presente, autoridades presentes, em especial a comunidade do André, Rio Acima, as adjacentes à Serra do Gandarela. Venho pra falar pra vocês, a maior riqueza que nós temos na Serra do Gandarela é a riqueza hídrica, as riquezas naturais que nós temos lá. Agora, o minério, necessariamente, ele fica em segundo plano. Por quê? Nós temos que pensar na vida humana que está ali naquela região e de toda a grande BH. Nós temos aí comprometimento, já foi falado, do Rio Doce, Rio Piracicaba, rios que atendem à região metropolitana de Belo Horizonte. Então nós não temos que discutir muito o que é certo, o que é errado, é só a gente observar, né? E é preciso observar isso com carinho. A Comunidade do André, conheci em 2007, 2010, eu, como professor na região aqui, comecei a levar alunos pra visitar a Comunidade do André como referência da educação ambiental. E como é? É um berço, é um celeiro de educação ambiental. Não se discute isso. Então, como que eu vou falar pros meus alunos agora, como que eu vou falar pra esses jovens que formaram comigo nessa época: “olha, agora tem uma mineradora lá na Serra do Gandarela”, vai ficar meio complicado, né? Nós temos uma caixa d'água natural, pra resumir, pra entender mais fácil, que será destruída! É impossível repor, subestima a inteligência nossa ouvir que é possível fazer esse remanejamento hídrico. Chega a ser gritante pra nós que somos professores aí, né? Mas quero dizer pra vocês que a comunidade vai sofrer muito com a poluição, com a poluição sonora também. Nós teremos certamente comprometimento na qualidade dessa água e na escassez no futuro! Isso não resta dúvida! A minha preocupação é imensa, por quê? Nós hoje podemos aplaudir a riqueza que será extraída nessa região, mas no futuro juntem-se todos, e comecem a

preparar pra, junto com os nossos filhos, a chorar a falta de água. Lembrem de uma coisa, nós podemos ter dinheiro em grande abundância com a exploração mineral agora, mas nós não teremos condição de comprar algo que é vital, que é água no futuro. Isso será gritante, mas nós vamos lembrar disso. Nós vamos lembrar daquela decisão que nós tomamos coletivamente e decidimos apoiar um projeto. Eu não tenho nada contra o setor mineral, inclusive quero respeitar muito a cada funcionário da empresa, que vocês são trabalhadores. Eu não posso concordar, é com o idealismo de exploração de qualquer jeito. Então fica aí o meu... desabafo. Obrigado.

[00:28:41]

Sr. Vitor Salum: Antônio? Ele foi embora? Tá. É... vou chamar então o próximo aqui da lista... chegou, Antônio?! Que bom! Aí, ó, Antônio, pode falar nesse púlpito aí, o seu marcador temporal tá ali, tá? Três minutos pro senhor falar, fique à vontade. Ô Antônio, fala bem próximo do microfone, confere se ele está ligado antes que a gente possa liberar o tempo pro senhor. Pode tirar ele daí se for mais confortável também pro senhor, tá bom? Tá desligado, Antônio.

Sr. Antônio Cornélio: Obrigado. Boa noite a todos. Eu só queria fazer uma pergunta, a Vale, né, o Projeto Apolo vai adotar mineração a seco. Como vai ficar o carbono e o consumo de água?

Sr. Vitor Salum: Antônio, muito obrigado, viu? Então a gente vai pro segundo bloco de respostas, pessoal. Anotei alguns temas macro para que vocês abordem. Compensações ambientais, estimativa de empregabilidade, impactos no Parque Gandarela, consumo de carbono e consumo de água, que foi perguntado pelo senhor Antônio, por gentileza.

[00:30:18]

Sr. Rafael Barbosa?: Ok, presidente, em função aí dos temas eu vou responder parte deles e vou chamar os demais colegas aqui pra complementar, tá ok? Começando com a pergunta do Thiago sobre a priorização da mão de obra local, qual o volume de empregos que serão gerados, eu queria colocar que é um pilar do projeto a priorização da mão de obra local como desenvolvimento e mitigação de impactos, né? Obviamente trabalhando com a capacitação nós vamos evoluir a comunidade como um todo, a sociedade como um todo. Nós vamos gerar aproximadamente 2.600 empregos diretos no pico das obras, durante a fase de implantação, e vamos gerar aproximadamente 2.800 empregos na fase de operação, sendo 740

aproximadamente pra trabalhar diretamente na mina, porém, na cadeia, nós vamos induzir mais de 2.100 empregos. Então, é uma cadeia que responde por isso, não é só o emprego que tá lá trabalhando na mina. Então, nós estamos, sim, trazendo capacitação pra toda essa cadeia. Então, é uma força de trabalho pra capacitar todo esse pessoal e nós identificamos isso como um valor e vamos trazer isso sim para o projeto e já está planejado conforme mostrado nos planos aí e programas apresentados. Em relação à parte da emissão de carbono e consumo de água, eu queria colocar que o Projeto Apolo lançou mão de diversas tecnologias também para reduzir a projeção da emissão de carbono em aproximadamente 50%. Com inserção de tecnologias que substituem caminhões no transporte do minério até a usina, também com outras soluções relacionadas à eficiência do caminhão, trocando o tipo de frota, reduzindo o volume manuseado, revendo o plano de lavra pra que o volume de massas manuseado fosse menor e outras tecnologias também empregadas, como tipos de combustíveis diferentes pra redução então significativa aí da projeção da emissão de carbono. E queria frisar também que a Vale tem uma meta de ser carbono neutro até 2050 e o Projeto Apolo está inserido nesse contexto. Em relação ao consumo de água, o Projeto Apolo reduziu em 95% a projeção do consumo de água, sendo que serão apenas 100 metros cúbicos por hora necessários para a umectação de vias, controles ambientais sem a utilização desse recurso no processamento. A redução entre o projeto anterior e o projeto atual significa aproximadamente uma vazão de redução de aproximadamente 200 mil habitantes abastecidos com água. Então, uma redução significativa, e nós vamos ter um consumo mínimo de água nesse projeto. Em relação à compensação e preservação gostaria de chamar aqui o meu colega Régis pra responder e depois, na sequência, a Malu responde sobre a parte da água.

[00:33:29]

Sr. Régis: Boa noite a todos. Meu nome é Régis, sou um dos responsáveis pelas compensações ambientais dos dois projetos. Só respondendo o Thiago, sobre as compensações ambientais a gente tem compensações em ambos os projetos, de Mata Atlântica, espécies ameaçadas, de intervenção em APP, fora o SNUC e a Florestal Minerária e as compensações espeleológicas. No que tange às áreas preservadas em Minas Gerais, a gente tem uma quantidade de aproximadamente 64 mil hectares e aí essas áreas envolvem compensações, envolvem reservas legais, APPs, RPPNs criadas pela Vale, isso representa três vezes mais do que a área utilizada nas operações da Vale. Nas compensações aqui, a gente somando as compensações todas, ela dá um valor de três vezes mais do que a área impactada aqui, que é aproximadamente 1.100 hectares.

Sra. Maria Luiza: Não sei o relógio, ah, tá ali. Bem, gostaria de reforçar um ponto que eu coloquei anteriormente com relação à alteração na dinâmica hídrica, que ela é causada durante a operação da mina, durante o bombeamento pra rebaixamento de nível d'água. Isso é temporário, monitorado, controlado, e as reposições são feitas na medida dos impactos identificados. E com relação ao futuro, ao fechamento da mina, após toda essa operação feita na cava, o lago de cava que se forma é um lago com potencial para, além de retornar a nova dinâmica hídrica da área voltando as vazões naturalmente aos cursos d'água que sofreram o impacto, esse lago de cava tem potencial pra perenizar outras nascentes de entorno, porque ele é um nível de água constante, de reposição de água dentro do aquífero. Então, esse lago de cava é um volume de água, sim, estratégico, inclusive, para abastecimento e pra perenização de água de todas as nascentes de entorno. Obrigada.

[00:35:54]

Sr. Vitor Salum: Então, a empresa também aí já fez o uso do seu tempo, vou chamar pro bloco três de perguntas, então. Thaís de Carvalho Ribeiro. Eu vou chamar os três de uma vez, só um minutinho. João Carlos de Melo e Roseny Aparecida. Thaís de Carvalho acredito que seja cidadã, né, do município, João Carlos pelo IBRAM, e Roseny Aparecida pela MAM? É assim que pronuncia? MAM? Tá. Os três podem ficar aqui à direita. Thais, pode vir, por favor, por gentileza. Você tem três minutos aí e peço que fale perto do microfone pra que todo mundo possa ouvir bem.

Sra. Thaís de Carvalho: Obrigada. Boa noite, eu também sou moradora de Santa Bárbara, meu nome é Thais Ribeiro, e como mãe também de duas filhas, uma das minhas perguntas é sobre a capacitação de formação profissional aí futuras para os jovens de Santa Bárbara, né? Sabemos que os jovens serão aí a próxima cadeia, né, de mão de obra, e eu registrei aqui uma pergunta com relação à questão de educação, de formação profissional, né? Então eu queria saber sobre investimentos na educação local, e se programas como formação profissional de jovens beneficiariam a população de Santa Bárbara, assim como um foco na contratação de mulheres, né? Nós vimos aí que o último programa de formação profissional que foi divulgado pras regiões de Minas Gerais tinham exclusividades, vagas preferenciais para mulheres, e eu gostaria de saber se esse programa vai se manter em Santa Bárbara e quais são as expectativas pra contratação e formação profissional de jovens, incluindo mão de obra feminina. Obrigada.

[00:37:53]

Sr. Vitor Salum: Nós que agradecemos sua manifestação, Thais. João Carlos, pelo IBRAM, por favor. Ô João, vamos seguir a lista aqui, porque nós vamos ter homens e mulheres todas as vezes intercalados. Eu sei que o senhor é muito educado aí cedendo a vez, né? Mas vamos seguir a nossa ordem aqui, por gentileza. João, fique à vontade.

Sr. João Carlos: Desculpe, senhor presidente, boa noite, boa noite, companheiros da mesa, senhores, senhoras. É um prazer estar aqui com os senhores. Eu tenho alguns amigos aqui em Santa Bárbara, que participei do CODEMA de Santa Bárbara já há algum tempo atrás, inclusive na época da criação do Parque Municipal Recanto Verde, e posteriormente, na sequência da própria criação do Gandarela, lá nos princípios, 2016, 2018. Aqueles levantamentos iniciais, nós participamos de boa parte de todos aqueles documentos. Eu tenho alguma vivência de alguns anos já, o cabelo branco e a careca já evidencia talvez tudo isso, trabalhando em avaliação ambiental integrada e avaliação ambiental estratégica. O que nós estamos denotando, dentro de tudo que vem falado, dentro de tudo que vem sendo discutido, é... o licenciamento ambiental do Projeto Apolo iniciou-se em 2009, como falado, a diferença foi, a posteriormente a isso, diversas revisões municipais na legislação, no atendimento e na sociedade civil também agregaram muita coisa nesse sentido, e muitas propostas é resultado, resultam de evolução dos resultados, do avanço da engenharia como um todo. Isso é um fato, é algo que deve ser avaliado de forma mais profunda. O que que a gente vem propondo ao longo de todo esse período? É uma avaliação mais detalhada, a avaliação ambiental estratégica, e a avaliação ambiental integrada, se perfazem em tudo aquilo que a... nesse programa que a Vale vem desenvolvendo e foi desenvolvido aqui especificamente pro Projeto Apolo. Uma boa parte da avaliação ambiental estratégica depende de governo, o governo, através da própria Secretaria de Meio Ambiente, perfaz e através dos termos de referência fez uma contribuição muito grande no que deveria ser e foi sendo aprimorado e foi apresentado. Bem, senhoras e senhores, o que eu tive a oportunidade, dentro dessa boa vivência que a gente tem dentro desses praticamente 30 e tantos, quase 40 anos de vida profissional, é conseguir fazer uma avaliação bem detalhada do EIA, tanto do EIA como do RIMA que foi apresentado. A meu ver, todos os dois, tanto o EIA como o RIMA estão completamente atendendo todos os requisitos básicos de licenciamento. Nós do IBRAM, como já foi comentado pela minha colega, a gente representa em torno de 70 empresas de mineração, com aproximadamente 200, 200 e poucos associados. E é tudo que se perfaz dentro de todo esse segmento ambiental, acho que está coadunado nesse projeto que foi apresentado pela Vale e que vai ser desenvolvido através de discussões com essa apresentação que foi feita, a finalidade dessa

apresentação é exatamente isso que está sendo processado. Eu acho que isso deve ser feito de uma forma harmônica, de uma forma que contribui para os dois municípios e contribui para toda a questão ambiental do Estado. Seu Presidente, agradeço. Era isso. Senhoras, senhores, muito obrigado.

[00:41:35]

Sr. Vitor Salum: Obrigado, João. Roseny Aparecida. Roseny, fala perto do microfone, sua referência de tempo está aqui à esquerda também.

Sra. Roseny Aparecida: Primeiro quero dar boa noite pra todos, né? E falar que a evolução, ela não significa progresso. E o progresso não significa melhora. É uma burrice a gente ter um rio poluído no meio de uma cidade onde que tem crise hídrica. E por falar em mulheres, a empresa também tá disposta a disponibilizar aonde que as mulheres deixam as suas crianças? Uma creche? Porque até então a gente não tem creche nos distritos e a mão de obra, ela não é só masculina, ela é feminina também. Falaram tanto de vagas pras pessoas que são negras ou pardas e eu não vi ninguém compondo aqui que seja negro, que seja pardo, aqui compondo essa mesa. Nós somos beneficiados, eu diria que nós somos abençoados por nós termos uma reserva aqui, ela é tanto recarga hídrica como uma reserva no alto do morro com uma pressão que chega pra abastecer nossos irmãos que estão longe daqui, que são do Vale do Aço. E, por isso, a gente tem que pegar as nossas águas e preservar por quê? Porque além de nós aqui nós temos que olhar para frente, olhar pra aquelas pessoas que não estão próximas de nós, mas também vão sofrer com o impacto da falta das águas. Porque se tirar do topo onde que é beneficiado, as pessoas que estão mais próximas não vão receber o abastecimento e essa reserva que nós temos, que é tão rica, que está dentro de Santa Bárbara e que Santa Bárbara tem que preservar, porque senão a partir desse momento aí a 10, a longo prazo ou a curto prazo, do jeito que está desenfreada essa situação é capaz de um curto prazo a gente já ter esse problema como a gente já enfrenta! É muito bom eu ouvir falar que tem a AngloGold aqui porque eu sou uma atingida por mineração e eu vou falar com vocês, o projeto a seco não funciona, eles descarrilharam mais de não sei quantos caminhões dentro do meu quintal, eu estou com a minha saúde comprometida, tô com meus laudos aqui, todos aqui. Me deu uma lesão no pulmão. Estou com a carga de... alumínio grandíssima no meu sangue, tô com meus laudos aqui e tem um processo. Pra mim provar que eu estou certa eu tive que entrar com um projeto na justiça, porque nem a capacidade deles responsabilizar a empresa por esse ato eles não têm! Então, a água, gente, a gente tem que ver que ela não é um comércio, não, ela é um bem e é o direito de todos. E nós tamos tendo o direito de garantir essa água, que essa água

fique limpa, fique inodora e pra consumo, não só pra nós, mas como as outras pessoas também do Vale do Aço. Então, eu queria saber o que significa ter uma carga significativa de alumínio no sangue, e ter uma lesão provocada pelo ar, porque a contaminação veio de uma pilha de rejeito de estéril da empresa AngloGold que apresentou e falou que era inerte?

[00:45:07]

Sr. Vitor Salum: Obrigada, Roseny. Vou seguir a... [gritos]. Seguir a sugestão aqui da minha equipe, já vou chamar os próximos três antes de abrir a palavra pra empresa. Próximo do grupo quatro, né? Dilce Amara, Associação das Tecelãs de Brumal. Luiz Eduardo Nogueira, acredito que seja cidadão. Gloria Regina Oliva, também acredito que seja cidadã no município. Não, não, não, é só para eles já se posicionarem ali pra gente otimizar nossas próximas perguntas, tá?

Sra. Maria Luiza: Tá bom. Tá bom.

Sr. Vitor Salum: Então, seis minutos aí, tentei anotar alguns blocos aqui importantes, formação profissional futura, investimento na educação local, contratação de mulheres, avaliação ambiental estratégica, existência de creches e outros investimentos em educação aí no município.

[00:46:09]

Sra. Maria Luiza: Tá. Thaís, você me deu uma ótima oportunidade de falar sobre capacitação. Quando a gente fala de capacitação de mão de obra, a gente tem dois momentos de capacitação no Projeto Apolo. O primeiro é a capacitação pra obra, que ela ocorre mais ou menos um ano antes do início das obras e a prioridade, como eu falei aqui na minha fala, vai ser pra capacitação de mão de obra local, de Caeté, de Santa Bárbara e de toda a região, tá? Então, antes do início da obra, um ano a gente começa o nosso programa de capacitação e pra operação normalmente a gente começa esse programa dois anos antes, tá? E é muito importante trazer diversidade pra esse programa. Hoje a Vale, ela está em pleno crescimento, contratação de mulher, eu sou mulher, eu sou parda, eu tô na Vale, eu entrei na Vale em 2006, eu tenho 18 anos, quase 19 anos de empresa e a minha carreira, ela foi feita dentro da Vale, com muito incentivo, muito posicionamento e hoje eu tô aqui, ocupando a cadeira de diretora com muito, muito, muito orgulho. E eu capacito, hoje a gente tem um programa de novas engenheiras, tá? Quando eu entrei na Vale eu era engenheira plena, eu tinha um ano de formada. A gente hoje tá contratando um programa pra contratar 30 mulheres com até três

anos de formação pra trabalhar na Vale em todo o Brasil, aqui em Minas Gerais, no Pará e no Espírito Santo. Quando eu falo diversidade, eu não tô falando só de gênero, eu tô falando de diversidade de raça, eu tô falando de diversidade também de pessoas portadoras de deficientes. Hoje, na Vale, a gente tem 36% da mão de obra sendo mulheres, tá? E a gente tem mulheres em todos os setores, a gente tem mulheres operadoras de caminhão, e a gente tem mulheres em áreas corporativas de marketing ao redor do mundo, tá bom? Fiz questão de responder essa pergunta porque eu acho que eu sou exemplo toda desse movimento, tá? Obrigada. As outras perguntas, por favor, quem vem? Ah, ótimo, a creche! Desculpe, esqueci, essa também eu quero responder. A Vale, ela tem o suporte, hoje, a creche, tá, pras mulheres. Todas as mulheres que são contratadas, elas têm um reembolso de creche ou até mesmo uma opção de contratar babá, tá? Então, isso é feito, é um programa todo, justamente porque a gente sabe, né? Quando a gente leva a mulher pra lá a gente tem filho, a gente é responsável, então, a gente vai ter o lugar pra deixar a criança, algumas unidades já têm creche nas áreas operacionais, tá? Mas, de qualquer forma, a gente tem todo esse incentivo aí também, tá bom? Quem vem?

[00:48:51]

Sr. Rafael Barbosa?: Bom, seguindo aqui os tópicos que foram colocados, por último, foi mencionado que esse processo, esse projeto a seco não funciona, tomando como referência uma outra empresa que eu não conheço o processo, mas eu gostaria de colocar que o Projeto Apolo, além de fazer esse processo à unidade natural, toda produção, os 14 milhões de toneladas por ano será escoada por ferrovia, eliminando qualquer trânsito de caminhões, transportando esse minério nas rodovias aqui da região. Então trazendo assim uma redução de impacto significativa. Em relação também, complementando o que Raquel trouxe em relação aos investimentos, o programa de investimento do Projeto Apolo, ele tá no início, né? Nós estamos fazendo diálogo com a comunidade, já fizemos quatro diálogos sociais participativos, já colhemos diversas sugestões de investimento na comunidade e agora estamos antecipando o plano de monitoramento de indicadores socioambientais pra tirar um retrato, uma foto exata de como que as condições aqui estão. O EIA-RIMA foi feito em 20, 2020 e 19, nós vamos atualizar os dados socioeconômicos, detalhá-los e, junto com a comunidade, investir, inclusive considerando as possibilidades de creche ou outros investimentos. Então, também, colocando aqui a parte que foi trazida em relação à água, né? Eu não vou parafrasear aqui a Maria Luísa, mas a gente tá aqui com o compromisso na redução do impacto, na eliminação desse impacto repondo a água do projeto e depois o equilíbrio hídrico se reestabelece na

região. Então, presidente, acho que nós cumprimos aqui os tópicos, se tiver algum em que estiver faltando você pode nos corrigir. Obrigado.

[00:50:57]

Sr. Vitor Salum: Vamos para o bloco 4, então, pessoal? Dilce Amara, Associação da Tecelã de Brumal? Dilce, só repetindo aí, né? Seu tempo tá aqui à esquerda, fique à vontade.

Sra. Dilce Amara: Boa noite a todos, a todas. Em primeiro lugar eu gostaria de fazer uma pergunta, todos têm consciência do significado de nós termos no nosso município um parque nacional? Hoje nós deveríamos estar aqui fazendo uma comemoração pelos 10 anos de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. E estamos aqui pra gente estar avaliando um outro empreendimento minerário, que por mais que se diga que não, nos deixou surpresos. A pergunta que nós queremos saber é que nós queremos comentar, né, e queremos deixar todo mundo refletir sobre a seguinte situação, a nova mina que está sendo proposta para o território é um dos poucos respiros na região, e fica a poucas dezenas de quilômetros de Brumadinho e Mariana. É impossível pensar na recuperação ambiental dessas regiões suprimindo um ecossistema, a Serra do Gandarela, que pode servir de repositório de fauna e flora para outras zonas já destruídas pela mineração no quadrilátero ferrífero e aqui em Santa Bárbara. Isso foi levado em consideração durante o estudo de implantação da nova mina? Destruir o Gandarela, inclusive, pode causar um efeito dominó que levará à fragilização de outras áreas importantes para a vida da região, como Caraça, a Serra do Piedade... como é que nós vamos desenvolver num futuro próximo, extintas as minas, por meio do turismo, do ecoturismo, do turismo de experiência, se nós não tivermos esses espaços preservados? A promessa do progresso da mineração nós já ouvimos há anos. Há décadas as cidades da região convivem com o discurso de que a mineração trará empregos e vai melhorar a qualidade de vida. O que temos, no entanto, são economias estagnadas, salários achatados, infraestrutura urbana precarizada e sem perspectiva de trabalho qualificado para mulheres e jovens. Por que não inverter a ordem? Aprendemos que pivotar é preciso, porque ao invés de mandar-nos...

[interrupção - 00:54:32]

Sr. Vitor Salum: Dilce, por favor, vamos respeitar o tempo regimental.

Sr. Luiz Eduardo: Boa noite a todos.

Sr. Vitor Salum: É Luiz Eduardo?

Sr. Luiz Eduardo: Isso. Posso vir?

Sr. Vitor Salum: Claro. Só pra mim saber se tá na ordem aqui, beleza? Luiz, fica à vontade. Três minutos aí pra sua fala.

Sr. Luiz Eduardo: Boa noite, meu nome é Luiz Eduardo. Sou advogado aqui da cidade e também sou representante dos sindicatos dos trabalhadores rurais da cidade. Eu queria muito agradecer à Vale, à presença de vocês aqui hoje, agradecer o empenho no estudo a fazer o RIMA, a fazer o EIA, realmente é inquestionável a capacidade de vocês fazerem um projeto de mineração inovadora e bem-feito e com tanta qualidade técnica, respeitando todos os procedimentos corretos. Eu queria agradecer também a todos os presentes, e principalmente agradecer a cada funcionário que tá aqui, porque eu imagino que a lucratividade desse empreendimento deva vir para alguns de vocês. E fica uma pergunta. Vale a pena essa chatice aqui? Vale a pena essas pessoas todas indignadas? Correndo risco, vale a pena dormir? Será que hoje a barragem vai estourar? Será que o projeto que eu fiz, será que 95% de redução de água é o suficiente pra que a gente não tenha uma água totalmente contaminada? É o suficiente mesmo? Vocês conseguem garantir, pra vocês mesmos, que serão capazes de não ter nenhum tipo de tragédia? Será mesmo que o investimento feito nessa cidade é uma forma com empregos que... vocês são de onde? São de Belo Horizonte, né? Aqui a nossa educação não é de qualidade pra gente, a gente não tem uma faculdade de qualidade para que a gente tenha capacidade para trazer mentes brilhantes como vocês aqui pra falar assim, “nossa, o emprego vem”, emprego sucateado, emprego temporário. E aí eu fico, fica os meus questionamentos sobre isso, assim, se tá tudo bem reduzir seis cachoeiras, 127 espécimes, porque o Parque do Gandarela, ele é nacional, ninguém vai tocar mesmo não, mas o entorno dele, os animais que ali habitam, também habitam nos lugares que não estão, que vão ser explorados. A água que ali torna também, que vocês vão conseguir utilizar, menos, mas ainda vão utilizar, elas são capazes de fazer contaminação. Então, assim, a minha pergunta fica essa, assim, da paz de espírito. E outra coisa, audiências públicas como essa, ambientais, a gente está fazendo perguntas, né? Eu acredito que essas perguntas, elas têm que ser bem elaboradas e, principalmente, têm que ser bem respondidas. Haverá uma nova audiência pública perguntando se a população de Santa Bárbara é realmente a favor disso aqui? E havendo, e havendo todos esses questionamentos feitos por nós e pelo corpo técnico serão bem-feitos com qualidade, e, por último, eu gostaria de deixar assim, um, um recado, assim... cara... não vale a pena o lucro, sabe? Não vale a pena essa dor de cabeça, quem não...

[Interrupção - 00:58:09]

Sr. Vitor Salum: Glória Regina? Glória?

Sra. Gloria Regina: Boa noite pra todo mundo. Eu sou moradora de André do Mato Dentro, e eu ouvi em 2005 um diretor regional da Vale, não me lembro muito bem, foi um grupo, né, assim, de representantes da Vale, do IBRAM, de deputados estaduais que eram representantes da área da mineração, a comunidade de André do Mato Dentro onde eu morava, que tinha uns 200 habitantes na época, eu acho, de helicóptero, anunciar o Projeto Apolo, que na época não se chamava Apolo, chamava Baú Maquiné, Maquiné, depois mudaram esse nome de Maquiné pra Apolo por causa de... sei lá. E ele foi, eu acho que, claro, pra apresentar pra gente, que não há mineração sem impacto sobre a água. Assim, eu não sei, assim, o que... eu procurei ler o estudo de impacto ambiental que fala sobre a água, o que eu li lá é que o aquífero itabirítico, que é o minério de ferro, que é o de maior potencial hídrico, que aquela formação que existe no topo da serra, ela é a formação que mais absorve água, de 20 a 50% da água de chuva é absorvida pra recarregar o lençol, é... ainda não me convenceram, eu não vi, talvez não tenha... é... quais são os elementos, os dados técnicos pra fazer essa afirmação de que você tira a formação do Cauê, que é o Itabirito, que é o grande armazenamento de água, e que isso não vai impactar a dinâmica hídrica da região. A gente tá numa região de mineração, a gente tá próximo da Mina do Gongo, a gente assistiu o impacto da Mina do Gongo na questão da hídrica da região, a gente vivencia isso, é... tem várias, uma outra questão, que a forma como o Sinclinal Gandarela funciona, a maior parte da água subterrânea, ela corre em direção à bacia do Rio Piracicaba, e tem nascentes que abastecem o Rio São João, que é a de abastecimento público de Barão de Cocais, que vão ser impactadas, tem nascentes de córregos que correm para dentro do Parque Nacional que vão ser impactadas, a cava tá a 200 metros do limite do Parque Nacional da Serra do Gandarela, como é que isso não vai impactar o Parque? É uma coisa que eu gostaria que me explicassem, porque lá no estudo fala que ruído, vibração, poeira, tudo isso está lá na manchinha lá impactando grande área do Parque Nacional, além dessas águas que correm para dentro do parque. Então eu gostaria de entender, né, assim, quais...

[Interrupção - 01:01:42]

Sr. Vitor Salum: Pessoal, antes de chamar o empreendimento para os esclarecimentos, já vou chamar o pessoal do Bloco 5 pra se posicionar aqui. José Nereu, presidente do Conselho Comunitário de Cruz do Peixoto, Thiago Rodrigues Cavalcante, FIEMG, Fernando Marques Miranda, acredito que seja cidadão do município. O empreendimento pode responder as perguntas. Acho que impacto em fauna e flora, empregos locais e novamente aí a questão dos

recursos hídricos, acho que é importante ser imposta aí, que me parece ser uma dúvida de todos. Então fique à vontade, vocês estão com os seus seis minutos. Quem começa?

Sra. Débora: Boa noite, meu nome é Débora, eu sou da equipe de estudos ambientais do EIA-RIMA. Eu vou responder alguns itens aqui que foram colocados. Com relação ao PARNA Gandarela a gente está vizinho ao PARNA, então o tempo todo a gente tá estudando o PARNA, e a ideia é justamente a gente ter uma operação compatível com a conservação do Parque Nacional. Então, por exemplo, não foi citado aqui ainda, mas a gente tem todo um sistema de coletar toda a drenagem do empreendimento, lembrando que a gente não usa água, então não tem fluente, mas tem a chuva que vai cair, a gente tem que coletar essa água, tratar, então a Glorinha comentou aqui a questão das nascentes pro lado do Piracicaba e a qualidade pro lado do Piracicaba. Esse nosso sistema, ele vai coletar tudo, vai tratar, tem um sistema de tratamento, e vai lançar nos afluentes da bacia do Rio das Velhas, não tem nada pro lado do Piracicaba, mais próximo do parque. Comentaram aí também com relação ao envolvimento do ICMBio, que é o gestor do PARNA, então, realmente faz parte do processo de licenciamento o envolvimento, e o pedido da anuência ao licenciamento ambiental do ICMBio. Então, esse relatório tá sendo preparado, ele vai ser envolvido, assim como o município de Santa Bárbara, foi pedida a declaração. Então, pra concessão da licença nós vamos ter todos esses atores analisando e anuindo sobre o processo de licenciamento. E todas as compensações que a gente tiver que fazer, a gente vai fazer o esforço pra que seja feito dentro do PARNA, não só as áreas que vão ser doadas, como os recursos, a gente gostaria também que fosse ali para o PARNA pra preservar a questão e até fortalecer o ecoturismo, as cachoeiras, e eu vou chamar a Cíntia da Amplo pra responder um pouquinho sobre a fauna e a flora da região, que ela vai conseguir falar um pouco mais especificamente.

[01:04:26]

Sra. Cíntia: Boa noite, meu nome é Cíntia Branche, eu participei do estudo de impacto ambiental dos dois empreendimentos, tá? Mais perto? Ok. Nós estudamos, né? É um dos temas do estudo de impacto ambiental, o estudo da flora quanto da fauna, principalmente em relação à área que vai ser suprimida, né? E com essa supressão de vegetação pode ter algumas consequências e alguns efeitos de afugentamento de fauna e essa fauna poderá até ser deslocada, migrada pra alguns segmentos próximos, incluindo o Parque Nacional da Serra do Gandarela. É uma unidade que possui 35 mil hectares, o projeto, como já foi mostrado, ele tá fazendo limite com 10% dessa área, então entende-se que essa área, ela é suficientemente grande pra absorver essa fauna que vai ser afugentada, nós vamos ter medidas, uma série de

medidas para a fauna, especificamente em relação a esses impactos sobre o projeto, né? Sobre a área do projeto. Então eu tenho, por exemplo, resgate de fauna, eu tenho monitoramentos futuros pra espécies que vão se deslocar na paisagem, incluindo as áreas do Parque Nacional do Gandarela, tá? Eu não tenho nenhuma espécie de fauna que esteja estritamente na área do projeto. Em relação à questão que perguntaram aí de qualidade do ar, também em relação ao PARNA, né? Aquele desenho mostra a dispersão das emissões de poluentes, e no caso do PARNA ele tá até ao contrário da direção do parque. Aquela emissão, ela ainda não está estabelecida por lei, é um limite que não está no limite de contaminação, digamos assim, ele está bem restrito ali à área do projeto, o máximo a emissão do projeto, então na área do Parque eu não tenho essa concentração causando nenhum problema em relação aos parâmetros que estão dispostos na legislação.

Sra. Maria Luiza: Bem, de forma rápida, gostaria de voltar na questão do raciocínio, né? Minério de ferro é uma rocha aquífera, nós temos diversas nascentes que estão conectadas a esse aquífero, mas a alteração na dinâmica hídrica, ela é temporária enquanto houver o rebaixamento, enquanto houver a operação. Finda essa operação, a nova dinâmica hídrica se reestabelece na área. Agora, um ponto muito importante que foi falado sobre a recarga, nós não alteramos, nós não temos potencial com a operação de alterar o volume de chuvas que caem ali, só que a gente, sim, deve alterar a recarga, aumentando essa recarga, porque a gente modifica a topografia, a topografia da serra, com vertentes pros dois lados vai virar uma área embaciada, que é uma cava. Nesses pontos, a água vai infiltrar, vai aumentar o potencial da recarga, principalmente na área sul da cava, onde o nível d'água está mais profundo e o rebaixamento não é necessário. O rebaixamento é localizado na parte norte e na parte central. Na parte sul, nós vamos intensificar a recarga ali nessa área durante a operação e também após com a criação do lago.

[01:08:18]

Sr. Rafael Barbosa?: Complementando aqui a pergunta, né, um tópico importante que faltou foi sobre o item que o Eduardo colocou sobre emprego, qualidade do emprego, qualidade dos estudos ambientais. Então, assim, antes de mais nada ele questionou se tinha alguém aqui que não era de BH, eu sou de Itabirito, entrei na Vale como operador, e hoje tô aqui representando o projeto e isso reflete como que a empresa trata os seus funcionários em relação à capacidade e qualificação, tá? Então não podemos falar aí a questão de emprego sucateado, isso não é verdade, nós temos o emprego conforme o mercado de trabalho. Se haverá nova audiência,

isso é de competência daí da SEMAD, e com relação também à garantia dos estudos, estão aqui o time de profissional pra trazer essa informação, tá? Conforme foi trazido.

Sr. Vitor Salum: Obrigado. Pessoal, a gente já tá chegando em quase metade da nossa audiência pública. Eu gostaria muito que a gente continuasse mantendo aí o espírito de deixar as pessoas se manifestarem, respeitar a manifestação do terceiro, né? Então acho que isso é muito importante, após as falas, é natural que vocês se manifestem de maneira contrária ou favorável, mas eu tô vendo um ambiente em que todas as pessoas aqui estão sendo respeitadas do seu direito de fala e gostaria que todos os presentes mantivessem esse ambiente de que as pessoas possam continuar fazendo as suas avaliações, né? Você colocou aí, aí fica para mim fazer essa avaliação, audiência pública, eu expliquei, não sei se estava presente, o objetivo dela é colher as informações, né? Então, a gente já está colhendo as informações, tem vários ambientes pra colher isso, protocolos e todas as outras informações necessárias e isso vai depender da instrução processual, mas lembrando que, como um instrumento geral de participação pública, né? Ele vai ser avaliado tecnicamente no curso do processo de licenciamento ambiental. Então, só pra deixar isso claro e peço a contribuição de todo mundo. José Nereu, presidente do Conselho Comunitário de Cruz do Peixoto, já tá por aí? José, fica à vontade. O senhor tem três minutos para usar o uso da palavra.

[01:11:02]

Sr. José Nereu: Boa noite a todos. Eu sou o José Nereu, todo mundo [?] Ziziu, sou lá de Cruz dos Peixotos, entendeu? E tô... inclusive, eu sou muito, até muito bem recebido pela turma da Vale, por todos os funcionários, mas a gente tem uma preocupação como nossa estrada. Como vai ficar a nossa estrada de Cruz dos Peixoto pra Rio Acima, de Cruz dos Peixoto para Morro Vermelho, porque será que não tem um meio de fazer um viaduto, fazer um túnel pra que a gente passa, em vez de fechar, igual fechou a nossa e o Socorro. E nós tamos muito prejudicados com aquilo, entendeu? E ali no do Socorro a menor barragem da Vale tá fazendo o maior estrago do mundo. É do mundo, não é de Socorro não, é do mundo, que a barragem lá é um pedacinho de barro desse tamanho. Então hoje, nós até pra passar na estrada pra ir para Peixoto cheio de placa lá de... correndo risco de inundação. Isso que era um montinho de barro que tem lá, mas, são os estudiosos que falam, então quem sou eu? Mas eu gostaria até, se tivesse alguém do Ministério Público, eu já fiz ofício para Defesa Civil, Prefeitura, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, que nem meia resposta me deu, para manter o Socorro lá limpo, porque lá é tombado pelo patrimônio histórico, mas a gente tá esperando tombar para virar ruína, né? Porque o pessoal da Vale já me propôs que se liberar

eles tão pronto pra cuidar, mas o Ministério Público me... vai por aí, alguém do Ministério lá não aceita, entendeu? Então eu gostaria se alguém me informasse alguma coisa, e a gente teme também que lá no Morro Vermelho e Rio Acima vai ser a mesma coisa, né? Que vai fechar a nossa estrada, simplesmente fica com os Ministérios pra resolver. E aí fica todo mundo prejudicado, igual lá do Socorro. Nós somos muito prejudicados, porém, lá, só para atravessar a ponte, diz o Ministério que não pode passar porque corre o risco de inundação. Um montinho de barro que não tem onde sair, né? Não tem onde sair. Então, nós somos prejudicados até nesse ponto, tá? Então, eu gostaria, se tivesse alguém, tivesse alguém do Ministério, que liberassem a Vale pra que fizessem alguma coisa pra gente, tirar nós do meio de tanto caminhão pesado que a gente anda na estrada aí. Caminhão pesado e barro todo dia. Sem barro não fica, se não é barro de chuva, é barro de pipa, é uma coisa assim, sabe? Então, eu gostaria se tivesse alguém pra fazer alguma coisa pra gente pra atravessar a ponte ali, se a barragem romper lá em cima, dá tempo da gente correr até a pé. Então eu acho que não tem esse problema não. Vê se tem alguém do Ministério, alguém que possa fazer alguma coisa, que o pessoal da Vale já me falou que tá pronto para ajudar, tá bom? Muito obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Sr. José. Thiago Rodrigues, FIEMG?

[01:14:20]

Sr. Thiago Rodrigues: Bom, boa noite a todos, boa noite, presidente. Meu nome é Thiago, gerente de meio ambiente do FIEMG, agradeço a oportunidade em estar aqui, em poder falar nessa audiência pública, em poder ouvir o que tá sendo tratado dentro dessa audiência pública, né? Eu assisti atentamente às manifestações, atentamente à apresentação do empreendedor também, em relação a esse empreendimento, e já venho acompanhando esse tema há alguns anos, na verdade há mais de uma década acompanhando esse assunto, inclusive em relação à criação do próprio Parque Nacional da Serra do Gandarela, importante unidade de conservação aqui da nossa região, e, vendo o empreendimento como era e vendo o empreendimento atualmente, algumas coisas pra mim ficaram claras e a primeira delas a redução dos impactos ambientais em relação ao que era previsto anteriormente, né? Isso pra mim ficou muito claro, primeiramente a redução de um terço da área que era prevista anteriormente pra esse projeto, uma redução de 50% das emissões dos gases de efeito estufa, algumas coisas que eu anotei aqui durante a apresentação, a redução de 95% no uso da água pra esse empreendimento, e um ponto importantíssimo também, a não geração de rejeitos e a não construção de barragem nesse local, mostrando que o empreendimento, o empreendedor tem como intuito trazer um empreendimento com um respeito muito grande ao meio ambiente

nessa região, né? E, além desse respeito muito grande ao meio ambiente, há alguns pontos muito relativos e muito importantes pro desenvolvimento ainda, um desenvolvimento ainda maior socioeconômico nessa região, com geração de emprego e renda de qualidade, geração de emprego de qualidade, e por óbvio, renda, que vai movimentar a sociedade aqui dessa região durante o período de instalação e também posteriormente durante o período de operação, trazendo uma prosperidade maior ainda pra essa importante região aqui do Estado de Minas Gerais. E, bom, como até o próprio presidente mencionou, se trata de uma fase do processo de licenciamento ambiental pra colheita de informações, pra que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente tenha informações a mais pra poder elaborar sua posição técnica, e conhecendo a capacidade técnica da Fundação Estadual do Meio Ambiente, das pessoas que compõem a Fundação Estadual do Meio Ambiente eu não tenho dúvida de que vai haver uma avaliação muito criteriosa e muito bem feita pra poder subsidiar o Conselho de Política Ambiental na melhor decisão sobre esse empreendimento. Então, vejo com muito bons olhos essa audiência e com muito bons olhos esse empreendimento no nosso Estado. Agradeço, terminando aí meu tempo. Obrigado, presidente.

Sr. Vitor Salum: Fernando Marques. Fernando, três minutos.

[01:17:36]

Fernando Marques: Boa noite a todos. Meu nome é Fernando, eu sou nascido aqui em Santa Bárbara mesmo, sou mestrando em economia na UFOP e minha área de estudo e pesquisa é compensação minerária. Trouxe algumas indagações aqui para o pessoal da Vale, que eu acho que é importantíssimo, que não ficou tão claro para mim, que como que essa compensação vai acontecer através dos empregos, como aconteceu em Itabira, que eu não vi acontecendo, Itabira é o centro da Vale hoje, a Vale começou em Itabira e hoje os empregos em Itabira são completamente escassos. A gente não vê um programa de planejamento tanto na infraestrutura, que eu acho que foi falado pouco, tanto da educação, da saúde, a gente tem um hospital que já está precarizado e a gente vai receber muitas populações, vai crescer a população com esse empreendimento, a gente sabe disso. Áreas afetadas não estão sendo abrangidas nessa audiência pública, como Barão de Cocais, que vai ser totalmente, é... atacada com a questão das águas, as questões da infraestrutura também, com o recebimento desses habitantes, o CFEM, só 15% desse valor falado aqui fica em Santa Bárbara, o resto desse valor, 60% vão para as outras cidades mineradoras. Então, eu acho que isso tem que ficar claro, esse dinheiro não fica aqui todo, completamente, isso a maioria vai para fora, além da

falta de algo concreto sobre essa compensação local em Santa Bárbara, como eu falei, escolas vão ser atingidas, hospitais vão ser atingidos, não sei quantas pessoas nessa região vão ser atingidas. E por que que essa mineração limpa aqui falada, de reduzir a quantidade de água, não é feita em outras minerações, como o Brucutu, não vejo sendo feita em outras operações da Vale esse âmbito de focar em melhorar a qualidade, reduzir o uso de água nas operações, entre outras coisas. Como outras coisas que eu acho que a gente deveria ver de algo concreto aqui na nossa região é a questão do Centro Tecnológico que tem em Ouro Preto e não tem em Santa Bárbara e região aqui, nós somos uma região mais atingida aqui, a gente não tem o Centro de Tecnologia aqui, eu acho que ajudaria muito no desenvolvimento econômico da nossa cidade, na diversificação econômica da nossa cidade, além de criação de técnicos, além da criação de faculdades, que eu não vi sendo falado aqui, que eu acho que traria realmente a diversificação econômica pra nossa cidade. Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado. Já vou chamar os integrantes do Bloco 6 antes de passar pra empresa, pra que a gente já facilite o nosso trâmite aqui. Luiz Henrique Console, Sabrina Camargos, Douglas Henrique, RPPN e Santuário do Caraça. A empresa pode fazer uso dos seus seis minutos aí, destinando informações sobre a estrada do Cruz do Peixoto, incentivos pra essa comunidade, trânsito de veículo, compensação local e diversidade da base econômica, acho que foram os temas que foram tratados no último bloco.

[01:20:51]

Sr. Rafael Barbosa?: Ok. Obrigado pela pergunta, Sr. Ziziu. Em relação ao acesso que foi citado, os dois acessos foram citados, eu gostaria de trazer aqui uma condição que o Projeto Apolo trouxe, apresentado no estudo de impacto ambiental, que, a partir da implantação do projeto nós teremos dois acessos que precisam ser substituídos, e não interrompidos e encerrados. Então os acessos serão substituídos. O acesso que liga Cruz do Peixoto e André a Morro Vermelho, ele tem uma rota alternativa já proposta, que tá em discussão inclusive apresentado nas diversas reuniões que nós fizemos com as comunidades, então esse acesso vai ser substituído por um acesso similar e com distância e qualidade similar. Em relação ao acesso que liga Cruz dos Peixoto e André a Rio Acima, ele só acontecerá aproximadamente no décimo ano de operação, a necessidade de relocação de um trecho desse acesso, de aproximadamente três quilômetros, e esse trecho será relocado para as imediações da mineração, entre a mineração e o Parque do Gandarela, mantendo as condições de acesso conforme temos hoje. Então, Sr. Ziziu, gostaria de colocar que não vai haver aí o encerramento desse acesso, nós precisamos e vamos substituí-lo por outro, ok? E, também

gostaria de frisar, né, foi mencionado algumas questões relacionadas à barragem e impactos relacionados a isso, frisar novamente, o Projeto Apolo não possui previsão de barragem, então, portanto, não teremos impactos semelhantes. Em relação à condição que foi colocada pelo Fernando das compensações, impactos sociais, investimentos aqui na comunidade, eu gostaria de esclarecer um ponto. Ele falou em 15% de CFEM aqui pra Santa Bárbara, foi mostrado no início que o Projeto Apolo, a cava do Projeto Apolo, ela está mais ou menos dividida pelo meio, né? Em relação a Santa Bárbara e Caeté, E, o CFEM, ele é calculado com base na posição em que aquele minério está. Então, daquele valor, daquele montante que foi colocado ali, Santa Bárbara deve receber aproximadamente a metade em relação a Caeté. Então Caeté e Santa Bárbara vão ter mais ou menos a metade dos valores, então o CFEM, ele é pago para a localidade em que o minério está, tá? Em relação aos investimentos sociais, conforme também citei das diversas conversas, dos diversos relacionamentos que nós estamos tendo e recebendo essas solicitações, essas sugestões, então isso vai ser construído em conjunto. Diversas condições estão sendo visitadas e verificadas nas comunidades, fragilidades que já foram apontadas no EIA e que nós estamos acompanhando, para que no futuro próximo nós consigamos fechar junto ao poder público, à sociedade, quais serão os melhores investimentos pra aquela comunidade, desde a parte de educação, a parte de saúde, a parte de infraestrutura. Então não, existe aí um hall de possibilidades para os investimentos. Então, gostaria de colocar esse compromisso e firmar esse pacto aqui, que o projeto está trazendo, sim, por meio do diálogo, as possibilidades de investimento nas comunidades. Então, acho que foram esses os pontos trazidos. Passo a palavra.

[01:24:39]

Sr. Vitor Salum: Agradeço a manifestação. Luiz Henrique Souza? Luiz Henrique? Só arrumar o cronômetro ali. Luiz Henrique, três minutos, fique à vontade.

Sr. Luiz Henrique: Boa noite a todos. Meu nome é Luiz, sou jovem aqui de Santa Bárbara e nesse momento eu gostaria de trazer pra todos aqui presentes um retrato do nosso mundo. O nosso mundo tá com um clima cada vez mais desequilibrado, espécies da base da cadeia alimentar já estão extintas! E se a base está extinta é só questão de tempo... de tempo pro resto ser extinto, inclusive nós, seres humanos. Então a gente vive esse ambiente nesse momento, o que eu acredito que nos faz refletir se é necessário a gente devastar mais. Além disso, gostaria, nesse momento, de lembrar uma frase que é muito replicada em diversos momentos do antigo inglês Thomas Hobbes, ele dizia que o homem é o lobo do próprio homem e, de fato, o homem é o lobo do próprio homem e o nosso lobo que hoje se chama Vale. E, além de

trazer um retrato do nosso mundo, eu gostaria também de trazer um retrato da nossa cidade de Santa Bárbara, que foi muito pouco falada nessa audiência, foi muito pouco mencionado o nome do nosso município. O que eu quero trazer nesse momento, o meu questionamento, é justamente o foco do nosso município de Santa Bárbara, pros senhores que não são aqui do nosso município, nós temos graves problemas no nosso município. Nós não temos um acesso, muitas vezes digno, à saúde no nosso município. Nós não temos o ensino superior no Município de Santa Bárbara. Todos aqueles têm que deslocar por horas, todos os dias pra chegar na faculdade. Essa é a realidade de Santa Bárbara hoje. É possível a Vale mudar essa realidade? Eu tenho certeza que sim. Mas falta vontade, existe vontade da Vale de mudar Santa Bárbara ou não?! Além disso, eu vou completar 20 anos, o Projeto Apolo, a previsão dele é de 29 anos. Acredito eu que, considerando a estimativa de vida ao fim desses 29 anos eu ainda estarei na Terra. E após o Projeto Apolo? O que será? Foi extraído a nossa riqueza natural, que não retornará. O minério não é renovável. O que acontecerá após os 29 anos do Projeto Apolo? Qual será a compensação a longo prazo pro Município de Santa Bárbara? É possível que a Vale tenha um planejamento estratégico para que ela possa promover a diversificação econômica do nosso município? E eu acredito, para finalizar a minha fala, que não seja apenas um dever da Vale diversificar a economia de Santa Bárbara e de todas as outras cidades que ela está presente. É uma responsabilidade da mineradora. A mineradora vai cumprir com a responsabilidade de diversificar a nossa economia? Obrigado.

[01:27:58]

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Luiz. Sabrina Camargos. Sabrina, três minutos.

Sra. Sabrina Camargos: Boa noite a todos. Quando eu tava ali fazendo a inscrição pra poder falar aqui apareceu um slide que iria apresentar propostas do impacto ambiental positivo. A gente não viu nenhuma proposta de impacto ambiental positivo. Existiram apresentações de compensações ambientais. Compensações ambientais, o que vale uma vida? O que vale cada vida que vai tá naquela serra, que vai ser impactada direta ou indiretamente? E assim, eu falo que quem sabe o valor da vida realmente é a Vale. Pra cada vida que ela destruiu, ela tentou compensar com dinheiro! Pra cada vida que se foi em Brumadinho ou na Samarco, ela ofereceu dinheiro em troca! A Vale sabe o valor da vida. Mas não é isso que a gente quer aqui pro município, não é isso que a gente quer aqui para a região. Desenvolvimento sustentável não se faz dessa forma, não existe mineração sustentável. Desenvolvimento sustentável é investimento em turismo e cultura local. E é isso! Não adianta, não tem preço. Um de vocês ainda da empresa levantou aqui pra falar que a compensação ambiental será de um valor

quase três vezes maior que o valor da área. Quem colocou aquele valor lá? Quem sabe o valor de cada vida que está lá? Isso pra vocês tem valor, pra gente não. Pra gente não está à venda. A Serra da Gandarela é um bioma, de preservação do Lobo Guará, que é a nossa representação. O impacto, mesmo que indireto, ele será gigantesco! Nós corremos o risco de não ver mais o lobo na nossa região! E quantos outros animais serão impactados?! Qual o preço de uma árvore que levou milhares de anos para crescer? Qual o preço de uma serra que levou milhares de anos para ser formada?! Eu quero ver se vocês têm essa resposta pra gente, se é essa a compensação que vocês querem nos dar. Não, a natureza não tem preço, as nossas vidas não têm preço, a água não tem preço e o ar que respiramos também não.

Sr. Vitor Salum: Douglas? Três minutos, Douglas.

[01:30:59]

Sr. Douglas Henrique: Boa noite a todos, né? Sou o Douglas, sou biólogo, sou coordenador ambiental da RPP do Santuário do Carás, mas antes de tudo sou morador de Santa Bárbara, morador de Brumal. Falar de mineração no território é uma agressão às pessoas da nossa região. Já existem jazidas de minerais e minas suficientes, pra que mais? Quem se beneficia com o Apolo? Essa é uma pergunta que eu queria deixar aqui. Quando se fala em supressão vegetal, né, vegetação nativa, principalmente floresta atlântica no estágio mais avançado de conservação, é ignorar toda a nossa biodiversidade. E seu potencial farmacêutico e cura em benefício através da natureza. Eu vi aqui os pontos de amostragem aqui do projeto, não vi nenhum dentro do Parque da Gandarela, não tem limite pra fauna não, gente! A amiga que falou aqui antes, que falou do Lobo Guará, a gente acabou de colocar rádio collar lá no lobo, o lobo tá lá na Serra do Gandarela, sai do Caraça, vai pra Serra do Gandarela, não existe limite, né? Ah, [? - 01:32:03] aqui, a [?] é aqui, né, mas cadê? Não tem limite pra fauna não, os animais vão transitar de um lado pro outro, né? E me chocou não ver ponto de amostragem dentro do PARNA Gandarela. Assim como a Maria de Lourdes falou, eu também sou conselheiro lá do Parque Nacional da Serra do Gandarela, o meu Caraça tem uma cadeira, e interessante isso não ter passado por nós, né? Essa discussão mais recente. Me intriga também as avaliações de impacto quando são... elas são meramente especulativas, né? Você usa métodos, mas assim, você não avalia realmente o impacto, são suposições, né, dos impactos que vão causar. E não há termo de ajuste, não há TAC, o que seja, que vai contemplar a perda da biodiversidade que a gente tem, né? A qualidade da água e quantidade da água, ela é... não tem preço para isso, né? Como garantir a sobrevivência no território sem água? Porque não se bebe minério, né? Pelo menos eu não bebo. A ausência de barragem não é sinônimo de

redução de impacto ambiental, então se bateu na tecla de não ter barragem, não ter barragem, gente, mas isso não implica em redução de impacto não. E os impactos cumulativos de todo o processo? Se falou, né, nós tamos com dois processos aqui, o estudo ambiental, pra uma sondagem, ele não requer nem coleta em campo, os impactos são cumulativos, você já degrada o território com a abertura das praças de sondagem, com rua, né, são 51 hectares que tã previstos ali, de supressão vegetal, quando o técnico chega pra avaliar o segundo momento do EIA-RIMA, já tá impactado! O Lobo Guará já não tá lá, a onça parda não tá, a anta não tá, porque já foi impactado lá atrás. E o rigor legislativo é muito menor, é inferior do que do EIA-RIMA, então a gente precisa avaliar esses impactos cumulativos frente à fauna e flora da nossa região. Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Antes de passar para a empresa aí, já vou chamar o Bloco 7, para ficar preparado ali. Diogo Lira de Toledo, Raul Brandão Sampaio, Diogo Lira, morador da comunidade de André do Mato Dentro, o Raul Brandão, morador da comunidade do André, e Márcia Rodrigues, Instituto Guaicuy, Projeto Manuelzão. Podem se posicionar ali à direita, à minha direita, no caso, provavelmente à esquerda de vocês, antes que eu passe a palavra pra empresa. Gente, eu acho que é futuro após o projeto, amostragem no parque, impactos sinérgicos, fiquem à vontade pra tratar desses temas aí.

[01:35:01]

Sr. Rafael Barbosa?: Novamente, Presidente, vou dividir aqui o tempo com os colegas. Em relação aos questionamentos e colocações do Luiz Henrique, eu já coloquei e volto a mencionar da nossa intenção, da nossa ação de fazer a escuta pra definir os investimentos na comunidade. Ele falou sobre acesso à saúde, ensino superior, né? Enfim, diversas questões que também nós estamos colhendo aqui nessa audiência. Então é importante escutar o morador, é importante escutar as deficiências que ele aponta na comunidade, na sociedade aqui nos aparelhos públicos, para que a gente também leve isso para dentro de casa e faça todo esse trabalho pra dar definição junto com a comunidade de investimentos futuros do projeto. Então eu também agradeço a oportunidade de escutá-los sobre essa questão. Outro ponto colocado, né, em relação ao uso futuro e diversificação econômica. O projeto, ele apresenta no seu estudo de impacto ambiental, uma indicação de fechamento de mina e também a gente apresenta de forma conceitual e vem colocando de forma conceitual que o projeto vai estudar as vocações do local conforme a evolução da mina. Nós tamos falando de 29 anos, quase 30 anos, então as vocações, elas precisam ser identificadas e trabalhadas e monitoradas ao longo do tempo, discutido com a comunidade pra ver qual será efetivamente

aquele uso futuro. O que tá apresentado hoje no projeto é a conservação ambiental, retornando aquele ativo para o meio ambiente após a sua reconformação, tá? Então esses são os itens relacionados a isso. Em relação ao desenvolvimento que foi colocado pela Sabrina, né? O desenvolvimento em turismo, cultura, que são como formas únicas e exclusivas de desenvolvimento sustentável, né, eu gostaria de colocar que a conservação conciliada com o desenvolvimento econômico também de mineração é sim possível. É isso que nós estamos apresentando aqui após fazer dezenas de estudos e melhorar o projeto como foi colocado. Então, o desenvolvimento, sim, a gente acredita que ele pode ser conciliado com a preservação. Nós temos um parque de 31.270 hectares ao lado do projeto, um parque que tem mais de 200 quilômetros de perímetro e nós estamos ali com um projeto de 1.360 hectares, com uma área muito menor do que a área do parque e é possível sim ter parcerias entre a empresa e o Parque Nacional Serra do Gandarela para que a preservação e desenvolvimento aconteça ali de forma conciliadora. Em relação à questão que o Douglas trouxe, né, de alguns impactos, eu gostaria de trazer aqui nossos colegas pra falar.

Sra. Cíntia: Boa noite novamente. Eu vou responder em relação a ponto de amostragem no Parque do Gandarela, né? Os remanescentes do parque são bem similares aos que estão na área do projeto, no entorno, representam, os que a gente mostrou representam também a área do parque. Mas, de qualquer forma, a gente tem estudos realizados anteriormente na área do parque e esses estudos, apesar de não constar no diagnóstico local, eles foram, porque o diagnóstico local a gente considerou os últimos cinco anos, conforme a legislação e o tempo de referência estabelece, eles estão sendo... essas espécies estão sendo consideradas na avaliação de impacto pra esse projeto, tá? Nós usamos, nós temos o conhecimento da fauna acumulada ali na área do Projeto Apolo que remonta desde 2007, 2008 e a gente quis aproveitar esse conhecimento no estudo de alguma forma, pra indicar uma melhor avaliação de impactos aí. Então nós consideramos todo esse hall de espécies diagnosticadas também, incluindo as que estavam no Parque do Gandarela, para o estudo e para a avaliação de impacto ambiental. Obrigada.

[01:39:04]

Sr. Vitor Salum: Obrigado. É Diogo Lira? É Diogo Lira? Diogo, fica à vontade aí. Só ajustar o painel. Ajustou. Três minutos, fica à vontade.

Sr. Diogo Lira: Tá rolando? Boa noite. Perguntinha rápida aí, a gente tem o Parque do Gandarela dentro de Santa Bárbara e na proposta do Projeto Apolo vocês vão interromper o

acesso. Vocês não eram obrigados já a apresentar uma alternativa locacional? Porque morador de André do Mato Dentro, de um território que a mineração tá chegando, quando ela chega sem já saber como vai resolver a cagada, ela faz a cagada e não resolve depois. É muito ruim. A gente tá vivendo isso na pele, sentindo isso agora. Então eu gostaria de saber qual que é a alternativa locacional, porque interromper o acesso de um município ao parque é interromper também a possibilidade que existe de geração de renda através do turismo nesse lugar, né? Alguém falou aí de diversificar a renda, que a Vale tem essa responsabilidade, mas ela tá na verdade diminuindo a possibilidade de diversificar essa renda. Sobre os acessos também, a gente está lá sofrendo com... o Ziziu falou, com trânsito de caminhão, trânsito de carro. A gente teve uma mina lá licenciada agora há pouco tempo, menos de um ano, eu li o EIA dela, ela falava em 120 caminhões por dia. Só isso que ela falava. O que acontece são centenas a mais de carro, caminhões, trator... no momento que abriu a estrada a Vale tá usando para fazer todas as sondagens, a quantidade de carro que tá passando lá é absurda, não tem como controlar a poeira, não consegue controlar a poeira tirando a água do córrego Maria Casimira, não consegue controlar, a gente está sofrendo com isso lá. Queria saber qual que é o acesso que a Vale tá propondo pra todos os equipamentos, todos os carros, tudo que vai chegar lá pra fazer essas 400 praças de sondagem que vocês tão querendo licenciar também. Queria perguntar o que que é plano de fogo, que a Amplo falou algumas vezes, queria saber se são as explosões. Porque parece que é tipo colocar sustentabilidade e mineração na mesma frase pra tentar florir alguma coisa, sendo que as coisas são completamente antagônicas. Mineração e sustentabilidade não existe. Não existe. Sou do meio rural, moro em André do Mato Dentro, sou cheio de professor, professoras lá, que me ensinam todos os dias diversas coisas, trazem sabedorias pra gente o tempo inteiro, vou até, com todo respeito, pedir mais ruralidade e menos urbanidade. É o que tá faltando. E uma coisa que a gente já aprendeu com nossos mestres de André do Mato Dentro é que não existe mineração sem acabar com a água. Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Diogo. Diogo, toda manifestação cordial como a sua é sempre muito bem-vinda, beleza, meu caro? Raul Brandão.

[01:42:52]

Sr. Raul Brandão: Oi, vocês estão escutando aí, galera? Boa noite. Então, eu sou morador de André do Mato Dentro, tá sendo muito falado aí André do Mato Dentro, né? Mas eu não tenho certeza se a galera conhece muito lá, não, assim, o pessoal vem e fala, né? O pessoal da Vale, vocês falam com uma certeza ali, né? Mas eu poucas vezes vi gente lá, assim, aí fala,

“ah, fui lá um dia, uma semana, um tempo”, mas assim, alguém que tá com toda essa certeza viveu e tá vivendo um impacto lá, diariamente, mensalmente, anualmente? E eu falo viver o impacto é estar na casa onde mais de 200 veículos passam diariamente, até oito meses atrás não passava. Então, acho que é mais fácil ter certeza quando não vive isso, né? Mas por que eu tô falando isso? Eu juro que não é só pra provocar. É porque, como o Diogo trouxe ali, a gente tá vivendo o impacto, né? Porque aconteceu uma coisa muito similar ao que tá acontecendo aqui com a mineradora que tá lá agora, né? Menos pomposa, ela é menor que a Vale, só que é isso, eles chegaram com os estudos, “não, água, galera? Não! Que isso?! Olha, estou com estudo, a gente tem todos os estudos, vai ficar tudo bem, não vai ter problema”, em reuniões falaram isso, temos até registrado. E aí essas pessoas que moram lá, que não vão lá só fazer estudo, mas tão lá há gerações, 40 anos, 30, 40, 60 anos até, mas eu falo, gente, vai... vai dar ruim, a água vai ser afetada, não vai ter como, mas o pessoal da empresa, “não, nós temos os estudos, tá garantido, olha só”, né? Ou seja, pessoas que vão ali fazer estudo com pessoas que estão ali há gerações, né? E aí a gente teve agora com as chuvas, entre Peixoto, Cruz de Peixoto e André, 23 famílias com lama na água, a empresa não conseguiu resolver, a gente se organizou, fizemos reuniões e o responsável virou pra mim, olhou nos meus olhos: “Raul, eu tenho 40 anos de experiência, se eu não resolver isso aqui, eu vou embora”, ele tá lá ainda e não foi resolvido e aí, olha que legal, acabou as chuvas, gente, “agora não vai ter mais lama na água, né? Agora não vai ter”, eles já tinham prometido que não ia acontecer nada, aí tava uma empresa fazendo sondagem pra Vale e teve um problema na sondagem. O Maria Casimira, o córrego que passa em André, ele foi... teve alguma questão ali e quem descobriu não foi a fiscalização do Estado, nem os próprios funcionários, eles estavam lá, inclusive com óleo pingando e, além disso tudo, com a água suja! De alguma coisa que ninguém sabia o quê. Então, é isso. Não consegui completar, mas é isso.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Raul. Márcia Rodrigues, Instituto Guaicuy, Projeto Manuelzão.

[01:46:09]

Sra. Márcia Rodrigues: Oi. Pode? Boa noite a todos e todas, né? A primeira coisa que eu gostaria de levantar aqui é que foi falado várias vezes, inclusive no título, é que não haverá barragens. No projeto tem duas barragens, não tem barragem de rejeito, mas tem duas barragens. Uma barragem que vai estar no Córrego Maquiné, né, para armazenar depósitos e sedimentos provenientes da terraplanagem, e outra para o controle de volume no Ribeirão da Prata, ambos classe especial e classe 1, ou seja, isso afeta totalmente a dinâmica hídrica para além do rebaixamento do lençol freático. Então, isso é uma questão. E aí vem a questão de ser

ambientalmente correto. Supressão de Mata Atlântica, 42 cavidades suprimidas, estrada interrompida, drenagem totalmente alterada, seis cachoeiras suprimidas, ou seja, nós temos muitos impactos. E aí eu venho com as perguntas. Quais são as perguntas? Primeiro: vai ser construído o ramal ferroviário. Em que que se traduz pra outra vocação maravilhosa que tem na área, que é o turismo e para os habitantes locais? Absolutamente nada, né? Eu acho que não. Trem pra pessoas, né, gente? Nós estamos numa época em que a gente não pode pensar pura e simplesmente nas coisas. Quais as medidas de fato trarão benefícios aos moradores e ao seu meio? Os impactos positivos que foram levantados, além da geração de emprego, e aí vem a questão da geração de emprego, gente, dos 740 empregos definitivos, porque os outros sabemos que é flutuantes e causam mais impactos do que propriamente... traz mais problema do que propriamente benefício pra população, quantos serão para os municípios atingidos? Barão hoje tem 40% da sua população de fora, né? E isso se reflete muito na dinâmica dos trabalhadores da área. Enfim, gente, não dá para entender esse nível de desenvolvimento que é colocado, que é um desenvolvimento pura e simplesmente econômico, embora, é claro, esteja melhor, mas os impactos positivos, eles precisam de aparecer. Só a geração de emprego já não engole mais, vocês já ouviram aqui dos próprios moradores. Então, quais são esses impactos que realmente possam se traduzir em questões benéficas para as populações que sofrerão os impactos negativos? Muito obrigada.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, pessoal. Obrigado, Márcia. Pessoal, vocês têm um desafio aí agora, hein? No bloco 7 muitas coisas novas. Discutir sobre acesso à comunidade, da comunidade do André até o parque, acesso de equipamentos para sondagem, conceituação de plano de fogo, problemas que ocorreram no sondagem, barragem de águas e benefícios pra toda a comunidade. Se possível abordar tudo aí de alguma forma, é interessante. Mas antes de passar pra vocês aí eu vou chamar o Bloco 8 pra já se posicionar aqui. Mariana Sena, Projeto Manuelzão, Júlio César Moreira e Tomaz Lana. Pode começar.

[01:50:22]

Sr. Rafael Barbosa?: Bom, a primeira pergunta do Diogo foi em relação às alternativas locais para os acessos, né? E citou diretamente o PARNA. André do Mato Dentro está entre o Projeto Apolo e o PARNA, então, a partir de André do Mato Dentro o parque pode ser acessado. Se for para outra vertente após Morro Vermelho, já foi citado aqui que o projeto trouxe alternativa pra isso, né? O projeto vai ter seis quilômetros novos a partir da MGC-262 e esses seis quilômetros novos vão permitir com que a comunidade que esteja em André do Mato Dentro consiga chegar em Morro Vermelho e pro outro lado também, chegando na

região do Parque que tá do outro lado. O acesso que vai ser construído, ele é similar ao acesso existente em distância, conforme a gente colocou, e tem mapas pra mostrar isso, né? Isso pode ser talvez respondido depois de forma escrita. Em relação aos acessos pro projeto, conforme foi colocado, de onde vai partir o acesso do projeto, o projeto vai partir, são dois acessos partindo da MGC-262, ligando ali entre Caeté e Barão de Cocais, nós teremos ali então a reformulação de um acesso e uma construção de seis quilômetros, como eu disse, de acesso novo até chegar à portaria. E um segundo acesso, que é o acesso que liga Caeté a Morro Vermelho, que inclusive está tendo agora sua obra de asfaltamento. A partir dali vai seguir, né, um novo acesso para a portaria do projeto também, a partir de revitalização de acesso existente. Então, são dois os acessos previstos pro projeto. Foi colocado aqui também, perguntado sobre o que é plano de fogo, né? É o planejamento para que se faça os desmontes na área da mina. Então, o que a gente colocou aqui é que diversos estudos foram feitos em relação a qual tipo de desmonte é esse, qual carga que deve ser usada pra gerar o menor impacto possível. Então, é isso que significa plano de fogo. Em relação aos questionamentos aí do Raul, ele citou um outro empreendimento, falando da intensificação do trânsito na região. O Projeto Apollo, o EIA apresenta os números em relação ao trânsito, contudo, vale lembrar novamente a questão do ramal ferroviário. O Projeto Apollo não vai ter o escoamento de minério por rodovia, é por ferrovia. E aí já conectando na pergunta da Márcia, que falou qual seria talvez o benefício desse ramal ferroviário para a comunidade, esse ramal de fato é um ramal exclusivo para a operação do projeto. Por isso, inclusive, tem esse nome, ele deriva da unidade da Estrada de Ferro Vitória-Minas e vai até a região do projeto. Então, é um ramal exclusivo pro projeto. Voltando no Raul, ele citou o incidente ocorrido na sondagem, a sondagem de uma outra área, né, do projeto... da Vale, desculpa, que não está ligada ao Projeto Apollo, contudo, está na região de André do Mato Dentro. E essa sondagem ocorreu um incidente de um vazamento de um material biodegradável que foi para o curso d'água, trazendo uma turbidez e depois os órgãos foram comunicados, a comunidade foi comunicada, análises foram feitas no curso antes e depois, identificado que aquele material biodegradável não contaminou o curso d'água, as atividades foram paralisadas, uma análise de incidente interno foi feita e as medidas de controle foram retornadas para a sondagem existente e que se encontra, inclusive, paralisada até o momento. Em relação às questões da Márcia, né, que ela trouxe aí sobre... dizendo que o projeto vai ter barragem porque tem diques, essa informação não está correta. O Projeto Apollo não tem barragem, os diques que estão lá contemplados no projeto são para contenção de sedimentos e não estão enquadrados na legislação como barragens, é uma estrutura muito menor, uma estrutura pequena para conter sedimentos, então

não são barragens, conforme foi mencionado aqui. Em relação aos benefícios e à quantidade de empregos, nós citamos sim o emprego como uma base, contudo, não é apenas o emprego, nós já estamos trabalhando nas comunidades levando capacitação, nós tivemos recentemente em Caeté um programa importante que foi colocado, que é o Valorizar, que premiou instituições de impacto social. Aqui em Santa Bárbara o programa de saúde e educação que foi iniciado agora, também é uma iniciativa que vai para além dos empregos. Então, diversas outras iniciativas são possíveis e a Vale vem investindo nisso sim, não é apenas emprego, apesar de serem muito importantes, tá? E, também, por último, com relação à quantidade de empregos para cada cidade, nós colocamos que a capacitação e a contratação será priorizada na região, e principalmente nas cidades onde o projeto está. O projeto hoje está em Caeté e Santa Bárbara, está aqui uma parte dele, uma parte menor que é apenas a área da cava, então essas duas cidades serão priorizadas. Contudo, a gente entende que também cidades que estão no entorno precisam ser contempladas porque é uma região, que tem por si uma mão de obra já ligada à mineração que a gente precisa continuar capacitando e recrutá-los para o projeto. Obrigado.

[01:56:34]

Sr. Vitor Salum: Obrigado. Pessoal, só reforçando, existe a prerrogativa de protocolar qualquer tipo de questionamento em até cinco dias úteis após a audiência pública, que deverão ser formalizados e respondidos pela empresa em até 15 dias, tá? Então qualquer objeto de divergência, qualquer coisa que fique aqui como uma informação que possa eventualmente se entender que melhor formalizada, pode se utilizar desse mecanismo aí, tá bom? Como eu expliquei no começo da reunião, pelo e-mail, protocolo de correios, temos várias formas aí de fazer isso, tá bom? Vamos para o bloco 8. Mariana Sena tá por aí? Mariana Sena foi embora? Então já vou chamar um substituto aqui para ela, Matheus Henrique da Costa, só pra ele compor aqui pra gente, né? Mas quem vai falar agora é o Júlio César Moreira. Júlio, três minutos.

Sr. Júlio César: Boa noite, gente. Eu sou do Cruz do Peixoto. Aqui o menino começou uma reunião ali falando assim que sem barragem, sem rejeito, aí o menino acabou de falar aí agora que foi resolvido o problema, eu moro na última casa no Cruz dos Peixoto, aí da minha casa até no Rio dá 20... 30 metros. Aí, falou que resolveu o problema, mas desde o dia primeiro pra cá, tá caindo é rio de lama lá no rio, rio, e o rio sobe mais ou menos 20, 30 centímetros só de lama, inclusive sábado passado agora aconteceu a mesma coisa, quando foi hoje a mesma coisa, hoje. Eu moro lá há nove anos, os pessoal tudo depende da água até pra beber, tem

muita gente que usa ela na caixa d'água, pra utilizar a água. Aí... eu queria que vocês me respondessem essa pergunta. Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Júlio. Tomaz Lana. Tomaz, três minutos.

[01:59:05]

Sr. Tomaz Lana: Boa noite, pessoal. Cês tão me escutando? Joia. Eu vou fazer uma pergunta aqui um pouco técnica, mas acho que ela é muito importante pra todo mundo, mas principalmente pra comunidade onde eu vivo, que é André do Mato Dentro. Eu faço uso constantemente, diariamente, e todos os moradores fazem, do córrego Maria Casimira, esse córrego, ele foi enquadrado pelo Comitê de Bacia do Rio Doce como sendo águas de classe especial e classe 1, ou seja, águas extremamente puras e limpas, inclusive para o consumo humano. Acontece que no estudo de impacto ambiental do Projeto Apolo, essas mesmas águas estão classificadas como classe 2, ou seja, águas menos puras e menos limpas do que a classificação oficial. E eu gostaria de saber então qual que é o interesse da empresa em rebaixar a classificação desse córrego que é tão importante pra gente. E uma outra pergunta é a seguinte, a Vale tem 22 pontos de monitoramento de água para monitorar uma área com mais de mil nascentes. Como é que com apenas esses 22 pontos de monitoramento a empresa vai conseguir monitorar todos os cursos de água presentes na região impactada pra fazer o reabastecimento como ela vem alegando? Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Tomás. Considerando a ausência aí da Mariana Sena vou chamar o próximo da nossa lista, Matheus Henrique, pra completar nosso bloco. Matheus, só aguardar... Já arrumaram.

[02:00:54]

Sr. Matheus Henrique: Boa noite a todos. Eu sou santa barbareense e antes de perguntar pra Vale, eu queria perguntar pros cidadãos e cidadãs do meu município aqui. De 0 a 10, que nota cês dão pro serviço da Copasa na cidade?

[Grupo responde - Zero!]

Sr. Matheus Henrique: Esse é o objetivo da minha pergunta, eu já trabalhei muito com a Caritas, com o MAM, com o MAB, e sempre que começa um empreendimento minerário, seja na Serra da Serpentina, na Serra do Brigadeiro, no Caparaó, Conceição do Mato Dentro, ele traz muito danos, danos hídricos, a população perde muito com a água. E a gente já tem sofrido um péssimo serviço de qualidade que a Copasa oferece. Qual que é a garantia que esse

novo ciclo que vocês tão fazendo vai fazer que o nosso serviço tão caro, e de péssima qualidade, não vai ser piorado ainda mais? Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Matheus. Antes de passar pro empreendimento, também já vou pedir pro próximo grupo, Bloco 9, já se posicionar. Celso Afonso de Moraes, Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar. Marcelo dos Santos Rocha, ô gente, eu confesso que não tô conseguindo saber se é Marcelo ou Marcela, tá? Mas Marcelo dos Santos Rocha, acredito eu. José Mendes de Carvalho. Então, a empresa aí pode já fazer a resposta aos itens, principalmente aí no que tange à questão de carreamento de lama no rio, classificação dos recursos hídricos, monitoramento do curso d'água e qualidade de serviço de abastecimento de água dos munícipes. Fica à vontade.

[02:02:51]

Sr. Rafael Barbosa?: Vou também dividir aqui com os colegas, que são muitos temas. Em relação à questão que o Júlio César trouxe, sobre a contaminação de água lá nas proximidades da casa dele, né? Eu gostaria de reafirmar aqui que nós não estamos com nenhuma atividade lá no momento. Todas as atividades da Vale lá estão paralisadas ou não são existentes. Então, infelizmente eu não vou poder responder de onde tá vindo essa contaminação porque nossas atividades estão paralisadas. Em relação aos demais pontos, né, que é a classificação de córregos e abastecimento de água, eu vou pedir ajuda aqui do nosso colega pra falar. Ah, tá aqui. Por favor, Cacau.

[02:03:36]

Sr. Luiz Cláudio: Obrigado. Boa noite, pessoal. Luiz Cláudio Figueiredo. Eu queria responder a pergunta do Tomás com relação ao enquadramento dos cursos d'água. A Bacia do Piracicaba, ela tem enquadramento desde 1994, né, pelo COPAM, e recentemente foi revisada, né? Num processo aí que durou bastante tempo no âmbito do comitê de bacia, demorou aí de 2021 a 2023, e foi aprovado agora em dezembro de 2023. Então, o Maria Casimira, ele tem um trecho de classe especial, ali na sua nascente, mas todo o restante dele ficou definido como classe 1, né, nesse enquadramento agora, revisado na Bacia do Piracicaba. E o enquadramento...

[02:04:15] - Fim.

Áudio: 03.wav

- 1 - Sr. Vitor Salum
- 2 - Sr. Celso Afonso de Moraes
- 3 - Sra. Sofia Martino
- 4 - Sr. José Mendes de Carvalho
- 5 - Sr. Luiz Cláudio Figueiredo
- 6 - Sra. Maria Luíza
- 7 - Sr. Fábio Figueiredo
- 8 - Sra. Juliana Carolina de Freitas
- 9 - Sra. Joyce Augusta dos Santos
- 10 - Voz feminina 1
- 11 - Sr. Matheus Simões
- 12 - Sr. Matheus Dias
- 13 - Sr. Luiz Fernando
- 14 - Sr. Lucas
- 15 - Sra. Maria Tereza

16 - Sr. Daniel

[00:00:00]

Sr. Luiz Cláudio: [...] anterior, ele sempre foi classe 1 todo o trecho dele. Essa que eu queria trazer aqui pra esclarecer a pergunta do Matheus. Obrigado.

Sra. Maria Luíza: Bem, com relação à rede de monitoramento, foi uma colocação que o Tomás fez, eu gostaria de esclarecer alguns pontos. Primeiro que realmente é uma rede de monitoramento que nós mantemos há mais de 15 anos coletando dados de chuva, vazão, níveis e qualidade de água. São pontos que foram instalados estrategicamente em alguns cursos d'água que já foram identificados como importantes para um conhecimento dessa dinâmica hídrica. Só que a rede de monitoramento é viva, ela não é uma rede de monitoramento que vai ser essa até o final do projeto, muito pelo contrário, né? Na medida em que o projeto avança, na medida principalmente da operação, novos pontos de monitoramento são implantados porque nós precisamos inclusive acompanhar todas as interferências como eu mencionei antes, com relação ao rebaixamento. Então, essa rede de monitoramento que hoje tá no EIA é uma rede importantíssima porque ela vai trazer toda a nossa avaliação do comportamento desses cursos d'água, inclusive a gente conseguiu capturar toda a crise hídrica, o período de crise hídrica, como esses cursos d'água e essas nascentes se comportaram, o nível d'água subterrâneo dos aquíferos, tudo isso tá registrado nesses pontos de monitoramento. Só que não serão somente esses os pontos de monitoramento. Então, isso que eu gostaria de reforçar, que a rede de monitoramento é viva e vai ser constantemente atualizada na medida dos avanços dos estudos e também da operação.

Sr. Vitor Salum: Obrigado. Então, vamos aí pro bloco 9. Celso Afonso, tá por aí? Celso, fica à vontade aí, três minutos.

Sr. Celso Afonso: Boa noite a todas e todos. Meu nome é Celso, eu fui diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Barbara por 30 anos, represento hoje a Federação dos Trabalhadores da Cultura Familiar de Minas Gerais e gostaria de dizer aqui, em primeiro lugar, não sou contra a mineração, sou contra o local que vai ser instalada essa mineração, né? Da importância que tem essa área que vai minerar. E gostaria de dizer o seguinte, a Vale, né? Tão poderosa, por que que não agrega valores? Esse minério tá aí, já tá dizendo o seguinte, vai sair daí e vai embora lá pra Vitória. Interessante, né? Por que que não se cria usina pra aproveitar isso aí, agregar valor e fazer o ferro aqui e mandar o ferro pra lá? Agora manda o

minério pra lá e manda o ferro pra nós cá, né? É... interessante, né? Podia pensar bem nisso, né? Aí, a gente fica aqui observando. Água, essa água, Barão de Cocais depende 100% da água que vem de lá do Gandarela. Ninguém quase falou nisso aqui, Barão de Cocais, né? É... a gente fica observando assim também, né? A questão que eu tava ouvindo hoje na Itatiaia... hoje não, ontem, né? Na Itatiaia, e aí tinha um diretor da Vale sendo entrevistado lá e aí ele disse o seguinte, quando questionaram ele que se as cachoeiras iam ser impactadas, ele afirmou categoricamente que cachoeiras não, não iam ser impactadas, aqui já diz que seis cachoeiras ou mais vai ser impactada, né? Quer dizer, e se não for impactada, a cachoeira, vai acontecer o seguinte, né? Na hora que baixar essa cava essa água vai deixar de correr lá pras cachoeiras também, isso tá mais do que claro, né? E aí, a questão dos agricultores de André e Peixoto que são, e aí quando a gente fala nisso tem gente que fala assim: não, Santa Bárbara não tem agricultura. Eu quero lembrar que quando foi criado o PNAE, né, a obrigatoriedade de cada município fortalecer e fornecer o mínimo de 30% da agricultura familiar pra merenda escolar disse que Santa Bárbara não tinha esse potencial agrícola, né? E nós colocamos num ano oito toneladas, viu? De alimento na merenda escolar no município de Santa Bárbara, viu? E gostaria de dizer que... né? Pra finalizar, a nossa luta aqui, nós temos que lembrar do que tá na Bíblia, em Macabeus 1, capítulo 2, versículos 58 e 59, que diz: Preparai-vos e...

[interrupção - 00:05:21]

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Seu Celso, mas é uma questão regimental, tudo bem? Peço desculpa ao senhor por ter que cortar. É Marcela ou Marcelo dos Santos? Não tá? Marcelo dos Santos Rocha não está. Então já vou chamar o próximo pra compor o bloco 9 também. Sofia Martino, ou Martina. José Mendes de Carvalho, tá por aí? José, três minutos também.

Sr. José Mendes: Boa noite a todos. Eu queria assim., reforçar aí o problema da Serra do Gandarela porque é uma riqueza que nós temos lá, tá? A gente não pode, assim, perder essa coisa lá que é a Serra Gandarela. E eu queria assim, falar outra coisa também, assim, sobre a estrada do Rio Acima, se ela vai ser retirada, pra onde ela vai... aí vamo ver pra que lado ela vai. E outra coisa também, o material da Vale que está alocado, umas manilhas, onde foi executado um serviço, tá dentro do rio São João, que é umas manilhas grandes, é... grande que está lá, executaram o serviço e parou o serviço e essas manilhas tão lá. Aí eu quero saber se... por que eles não tiraram ela ou por qual motivo, você entendeu? Aí muito obrigado, boa noite pra vocês.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Sr. José. Sofia Martino.

Sra. Sofia Martino: Boa noite, gente! Eu sou Sofia, eu sou nascida aqui em Santa Bárbara e de um tempo pra cá, desde que abriram outras minerações, deu pra perceber como que a qualidade e a quantidade da água mudou na nossa vida. A qualidade do ar é notável, assim, a quantidade de poeira que tem é diferente agora na nossa casa, os problemas respiratórios, é nítido. Eu queria perguntar também sobre a Paleotoca, como que vai ser feito pra manter esse local que é ciência mundial, como que vai fazer pra preservar. Quero saber também, porque na propaganda deles tá falando que não vai ter rejeito, então, o que que vai fazer com o que vai ser tirado do solo? Porque não é 100% minério, então vai ter algum rejeito. O que vai acontecer com esse rejeito? Eu queria saber se teve algum transporte pra trazer os moradores da área rural pra cá pra participar dessa reunião. É isso. Obrigada.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Sofia. Antes de passar pra empresa, vou fazer a mesma dinâmica pro bloco 10. Antônio Francisco Djavan, Sindicato dos Trabalhadores das Extrativas de Santa Bárbara. Juliana Carolina de Freitas, Joyce Augusta dos Santos podem se posicionar aqui à direita, por gentileza. A empresa vai ter seis minutos pra responder o bloco 9, impactos em cachoeiras, diversidade econômica, estrada do Rio Acima, Paleotoca, rejeitos, transporte pra audiência pública da área rural do município.

[00:10:06]

Voz feminina 1: Boa noite. Nós vamos dividir também, que são várias perguntas. Eu vou começar então pela Sofia, que falou por último. Sobre o transporte, a Vale ofereceu transporte pras comunidades vizinhas, porque não tem transporte público. Então, foi oferecido transporte, vieram pessoas das comunidades vizinhas aqui, no caso de Santa Bárbara veio de André do Mato Dentro e Cruz dos Peixotos. A gente também colocou uma Van em Água Limpa, algumas pessoas se inscreveram, mas ninguém apareceu. Com relação ao rejeito, também que foi perguntado, aí pra tentar explicar um pouquinho o processo de mineração, na área da cava, por cima do minério tem um solo, esse solo a gente tira e empilha, isso são as pilhas de estéril. O minério que a gente vai aproveitar, ele passa por um tratamento e desse tratamento não sai nada de rejeito. Tudo que sai da mina e é minério bruto, ele vai só diminuir a granulometria dele pra entrar na qualidade que é requerida pra vender e não tem nenhuma geração de rejeito. Então, vamos dizer assim, o resíduo que é gerado no processo de lavra é esse solo que a gente retira, empilha e coloca na forma de pilha de estéril, são rochas, né? E solo. Com relação às cachoeiras, pra esclarecer, porque daí são detalhes, né? Na área do empreendimento, quando a gente faz o levantamento a gente também fez o levantamento de quedas de água. São cachoeiras até que não têm nome, então a gente faz o registrar CH1,

CH2, então essas é que vão ser impactadas com a implantação do empreendimento. Todas as cachoeiras que são conhecidas ali do entorno, do Santo Antônio etc., elas são dentro do Parque Serra do Gandarela, elas não vão ter nenhuma influência do empreendimento. E aí, pra questão da paleotoca eu vou chamar o Matheus pra responder, por favor.

Sr. Matheus Simões: Boa noite a todos, pessoal. Meu nome é Matheus Simões. Agradecer à Sofia pela pergunta em relação à paleotoca, por ter dado a oportunidade de falar um pouco sobre esse patrimônio. Primeiro ponto que a gente precisa esclarecer é que a paleotoca, ela será preservada, continuará sendo preservada, a Vale, ela já adota ações desde quando ela foi descoberta em 2010, né? Pra sua preservação. E em relação ao projeto alguns pontos são importantes pra destacar de como ela será preservada. O primeiro é o respeito a uma distância mínima que é exigida na legislação de 250 metros, né? Não terá atividades mais próximas de 250 metros. O segundo ponto, que é muito importante também é que tá sendo definida uma área de preservação pra paleotoca no entorno dela que é equivalente a aproximadamente 47 hectares, que é o dobro do que a legislação exige hoje em dia. Essa área vai preservar não só a paleotoca, mas também outras 14 cavidades, gerando também um ganho ambiental com a consequente preservação de fauna e flora local. Também foi feito um estudo técnico pra definir qual seria a área mínima necessária pra garantir a preservação da paleotoca e essa área de aproximadamente 47 hectares é mais do que 10 vezes a área que seria necessária pra paleotoca permanecer do jeito que ela está hoje, né? Então esses são os principais pontos, e também esclarecer que a lavra, conforme consta no estudo, a operação no entorno, ela será feita preferencialmente de forma mecanizada, então não tem previsão de uso de explosivos no entorno da paleotoca, nem das outras cavidades de máxima relevância. O que gera também aí uma significativa minimização dos impactos potenciais que teria ali pra esse patrimônio. Acredito que em relação à paleotoca tá respondido.

[00:14:07]

Sr. Fábio?: Ficou faltando um questionamento importante aqui do Sr. José Mendes, que parece que não ficou claro pra ele como que vai ser a questão do acesso para Rio Acima. Bom, existe uma estrada, hoje, que liga a região ali de André do Mato Dentro a Água Limpa, que é um distrito de Rio Acima. Esse acesso, a partir do décimo ano de operação da cava, e ele precisa ser substituído num trecho de três quilômetros. Então nós vamos propor a substituição para um local parecido ao lado ali da cava, entre a cava e o parque, mantendo as condições de distância e acessibilidade. Então, não vai ser interrompido, ele vai ser

substituído, então o acesso entre André do Mato Dentro e Água Limpa permanecerá sem nenhum prejuízo. Ok? É isso aí a condição. Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Pessoal, reforço aí, qualquer dúvida relacionada às informações prestadas temos aí possibilidade de protocolo de documentos que têm que ser formalizados, então, em qualquer momento que sintam que a informação não tá adequada se utilizem desse instrumento pra que tenham essa documentação formalizada e devidamente posta pros senhores. Eu acho que o ambiente é esse. Matheus, o que eu tô pedindo é que formalize, tá? É que eu acho que isso fica mais claro também dentro do papel, tá? E não tô, não tô retirando também a manifestação não, tô só trazendo aí um ponto de atenção pra que isso tenha uma informação de uma maneira clara aí a quem tá requerendo a informação por meio de um documento e tudo mais, tá bom? Não tô “tolhindo” qualquer tipo de manifestação nesse sentido não. Muito pelo contrário, tenho a elogiar todos os participantes, que tá sendo uma audiência pública bem adequada, com respeito, a gente fica muito tranquilo aí com isso.

[Voz feminina gritando ao fundo - 00:16:22]

Sr. Vitor Salum: Vamos lá, então pro bloco 10 então. Antônio Francisco Djavan se encontra por aí? Ok. Juliana Carolina de Freitas? Joyce Augusto dos Santos? Tá aí, Joyce? Só um minutinho, só pra mim montar o bloco. Tudo bem, pode ficar até aí, não tem problema não. Joyce, Ludmila Cristina? Ludmila Cristina? Augusto Fernandes? Augusto Fernandes? Guilherme Henrique Pereira de Souza? Guilherme Henrique Pereira? Matheus Dias? Matheus Dias. Também não? Matheus Dias? Gente, então, considerando as outras ausências a gente vai fechar no bloco 10, tá bom? Com a Juliana, Joyce e Matheus, tá bom? Então fica à vontade, Juliana, você tem três minutos.

Sra. Juliana Carolina: Boa noite a todos. Nessa curta caminhada que a gente passa aqui nessa vida eu já estive advogada, eu já estive no mercado financeiro, e nessa época eu tinha muito estudo e muito material concreto pra defender muita tese. Teses essas que a gente viu ser defendidas aqui hoje com muito estudo técnico. Mas em um determinado momento eu comecei a me questionar de fato qual que é o real sentido da gente estar aqui, da gente estar aqui nessa vida, questionamento esse que eu acho que daqui pra frente cada vez mais nenhum de nós que estamos aqui, seja as pessoas que trabalham dentro das empresas, os agricultores, vão ter como fugir, porque as mudanças, elas estão cada vez mais aí perto da gente batendo na nossa porta. Vários exemplos foram falados aqui. E, diante disso, desses questionamentos mais profundos realmente sobre o que importa nessa vida eu decidi escutar as sabedorias, as

sabedorias que vêm do campo, as sabedorias ancestrais, me tornei agricultora e hoje, após várias mudanças, eu trabalho com turismo por acreditar que o turismo também é uma ferramenta de visibilidade e que quanto mais visibilidade a gente dá pra cada parte daquelas que foram mostradas nos estudos, mais pessoas podem estar do nosso lado defendendo o que de fato merece ser defendido. E o que que eu tenho visto no turismo, né, nesses anos que eu estou no turismo trabalhando com um espaço com turismo e recebendo muitas pessoas todos os finais de semana e todas as semanas? As pessoas se encantam com a nossa região, se encantam com cada cachoeira que elas vão. Muitas delas vêm de BH passando pela Serra do Gandarela e chegando no Sumidouro, aonde hoje tem o nosso espaço pertinho ali do Santuário do Caraça. E se encantam e falam sempre “que lugar maravilhoso!”. Então, dada o nosso pouco espaço de fala, já que a gente tem que voltar isso pra questionamento, né, tem que pegar tudo que a gente pensa e colocar numa pergunta, o questionamento que eu faço é: de que forma o empreendimento, a Vale, vai trabalhar e vai direcionar parte do recurso pra diversificação econômica que é talvez a nossa única possibilidade diante de tanta barbárie que a gente vê, de tanto estudo, né? Porque, trabalhando também junto hoje a associações comunitárias, tentando trabalhar com a diversificação econômica, contraditoriamente o recurso da Vale destinado pra projetos que podem operar na diversificação econômica e na educação ambiental de crianças e de adolescentes, é o menor diante de todas as outras empresas que destinam esses recursos. É uma migalha de 20 mil reais que eles dão pra cada projeto! Enquanto outras mineradoras, que ganham muito menos que a Vale destinam recursos maiores. Não que a compensação de uma cachoeira seja possível, não que eu po...

[interrupção - 00:21:11]

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Juliana. Joyce?

Sra. Joyce Augusta: De novo a gente aqui nessa discussão, que ela vem se estendendo, do meu conhecimento tem 14 anos que eu vejo que isso acontece, essa luta pela comunidade, pelo direito, né? De ir e vir das pessoas. E meu nome, desculpa, não me apresentei. Meu nome é Joyce, eu sou daqui de Santa Bárbara, eu sou militante do MAM, e minha primeira pergunta é: qual é o plano de gestão de risco para eventos extremos que são o novo normal? É o que a gente tá vendo agora. E não sei se vocês sabem, mas eu tenho uma... né? O impacto ambiental relacionado à pilha de estéril, ela tá relacionada a, deixa eu achar aqui, que eu escrevi. O volume de estéril ocupa grandes volumes de espaço, resultando a necessidade de grandes áreas para sua disposição. Ela pode alterar na topografia, na erosão, afetar a drenagem natural e destruir habitats. Pode ser um problema ambiental significativo, afetando a qualidade da

água, dos ecossistemas aquáticos. Outra coisa também é que, como uma empresa que é responsável por causar tantos crimes pode conseguir uma licença pra conseguir, né? Destruir mais ainda? Porque o que a gente tá vendo hoje e o que que a gente viu em Mariana e Brumadinho, Deus me perdoe falar, vai se repetir se a gente continuar deixando eles vim fazer o que eles bem querem. Obrigada.

[00:23:19]

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Joyce. Nosso último manifestante da noite, Matheus Dias. Fica à vontade aí, Matheus. Três minutos.

Sr. Matheus Dias: Boa noite, gente. Todo mundo ouve bem? Eu sou o Matheus, eu sou do Projeto Manuelzão, da UFMG, e eu queria saber se tem alguém aqui do ICMBio. E minha primeira pergunta nem vai ser pro empreendedor, vai ser pra SEMAD, eu queria saber se a SEMAD tem competência pra garantir a adequada execução do Código Florestal no caso do parque, desse empreendimento. E se sim, quais são os artigos da Lei do Código Florestal que garantem isso, já que a gente tá falando de um parque nacional. Evidentemente ameaçado por essa atividade. E aí, como a gente tem um tempo muito curto pra falar de tanto tema, né? Mais de duas mil páginas de EIA-RIMA em dois processos de licenciamento, eu queria saber onde que tá o plano de manejo integrado das atividades que incluem a atividade minerária na zona de amortecimento do parque. E se sim, qual página que ele está localizado. Uma das coisas que foi falada aqui é sobre ser um novo conceito, de ter caminhões volantes, de esteiras, coisas que a gente já vê em Brucutu, que a gente vê em Carajás, que a gente vê na Mina do Pico, várias coisas consideradas novo conceito, enquanto na verdade a gente não vê nenhum desses municípios tendo desenvolvimento sustentável. São Gonçalo do Rio Abaixo é um município vizinho, e eu acho que grande maioria das pessoas que moram aqui também devem conhecer. Alguém conhece algum, de fato, equipamento público que foi acrescido pelas atividades da Vale?

Grupo responde: Não!

Sr. Matheus Dias: De fato, a gente não conhece ainda no Brasil qualquer cidade que tenha enriquecido pela mineração. Quem enriquece nem são as pessoas que tão aqui trabalhando e nem as que acham que vão trabalhar, porque a maioria dos empregos são temporários. De fato, quem que enriquece com isso tudo são as pessoas que tão fora daqui, os investidores. E por fim, só pra concluir, são 15 anos de licenciamento, né, pra esse tipo de atividade, a gente já percebe que o empreendedor, ele tem muito interesse nessa área e a gente sabe porquê, essa

aí é uma das grandes minas que vai existir no Brasil da Vale de extração de minério, a empresa claramente mostrou que não tem eficiência em produzir e ser sustentável. Se tivesse conseguido com certeza teria evitado os rompimentos de barragem e toda a degradação que a mineração predatória tem. Mineração sustentável de fato existe em vários lugares do mundo por outros tipos de minério, minério de ferro, mas aqui no Gandarela não é local de mineração. Se vocês querem minerar eu recomendo que vocês vão pra outro lugar, porque existe uma comunidade inteira pronta e disposta a recorrer a todos os recursos. Obrigado.

[00:26:16]

Sr. Vitor Salum: Obrigado, Matheus. Antes de passar pra empresa, já que você direcionou sua pergunta ao órgão do SISEMA, sim, nós temos competência pra analisar todos os processos de licenciamento ambiental em seus mais múltiplos fatores, né, hoje nós temos cerca de 350 profissionais analisando processos de licenciamento em todo o estado de Minas Gerais. Minas Gerais é uma referência em processo de licenciamento pela sua técnica. Logicamente que dentro desse processo de licenciamento nós não temos nenhuma convicção formada, pois se trata de um processo ainda em fase inicial de análise, mas tenha certeza que todas as regras legais, normativas e técnicas serão estritamente observadas dentro do processo de licenciamento, não só nesse, como todos os nossos processos de licenciamento que são conduzidos pelo Estado, tá bem? Vou repassar o resto das perguntas aí e considerações finais quanto aos temas pra vocês, pro empreendimento.

[00:27:31]

Sr. Luiz Fernando: Obrigado, presidente. Eu me chamo Luiz Fernando, eu vou responder à colocação da Juliana e também a alguma coisa que o Mateus comentou a respeito da diversificação econômica, e tentar dar uma ideia pros senhores, pras senhoras, de como é que esse processo acontece. A diversificação econômica, ela não vem somente do recolhimento de CFEM, de impostos, de taxas. Isso é um fato primordial, a partir disso o poder público transforma em serviços, melhora serviços, melhora infraestrutura e sem dúvida nenhuma isso tem impacto na economia, mas existe toda uma cadeia de processos que traz um impacto, uma modificação no panorama, na forma como a economia funciona. Porque a partir do momento que você tem um fluxo migratório das pessoas que virão trabalhar nos empreendimentos é necessário não somente aquele emprego pra movimentar a economia, mas é necessário também a padaria, é necessário o provedor de serviços, é necessário a pessoa, e aqueles empreendedores que entendem que existem oportunidades, por exemplo no campo do

turismo, e vamos ter pessoas mais frequentando a região, as regiões, que vão demandar esse tipo de serviço. Esse, esse é o fator específico que causa a transformação, vem a partir desse impacto econômico. A Vale pretende participar, isso já foi declarado pelos meus colegas aqui, desse processo, primeiro compartilhando e conversando com a comunidade. Esse processo já começou, ao longo do último ano nós tivemos cerca de 30 reuniões formais mais cerca de 500 engajamentos informais de presença em locais como André do Mato Dentro, Cruz dos Peixotos, Morro Vermelho, Rancho Novo, nós já estamos presentes. O trabalho que foi feito no EIA-RIMA visando a caracterização social e as necessidades dessas comunidades, ele vai ser atualizado uma vez o projeto sendo licenciado. E nós temos também uma linha de ação forte em relação aos fornecedores locais. Não se trata somente de contratar pessoas, não se trata somente de criar oportunidades de trabalho e diversificação de renda, mas também de se capacitar, de se cadastrar, de se conhecer o potencial de fornecedores para as operações futuras. Então, isso faz parte do pacote de fortalecimento do tecido social que não pode andar pra frente sem um diálogo, sem a presença nossa junto às comunidades, e com a participação também do poder público pra gente entender quais são os pontos de entradas que farão mais diferença no fortalecimento desse tecido social. Então, eu espero ter respondido aqui o questionamento a respeito da diversificação da economia da Juliana e algumas coisas que o Matheus colocou e eu vou passar pros meus colegas pra complementar as respostas.

[00:30:14]

Sr. Fábio? - Bom, eu vou complementar a resposta aqui sobre a questão trazida pela Joyce, sobre o plano de gestão de risco do projeto, né? Considerando eventos climáticos extremos. Eu gostaria de colocar que o projeto, todas as estruturas na verdade, do projeto, foram dimensionadas considerando normas internacionais, normas nacionais e procedimentos internos da empresa que já consideram variações históricas de eventos. Contudo, nós estamos acompanhando o que vem acontecendo, e porventura, normas e padrões internos ou qualquer outro tipo de padrão for alterado, nossos projetos serão revisitados pra incorporar esse tipo de atualização. Então, o projeto que foi apresentado, que tá no estudo ambiental, é um projeto de 2019-2020 porque nós protocolamos o pedido em 2021 e viemos acompanhando, obviamente, as evoluções pra retroalimentar o projeto e reafirmando que o projeto está atendendo as normas vigentes no momento. Então, eu creio que foram todos esses os pontos colocados e os demais o Luiz respondeu. Obrigado.

Sr. Vitor Salum: Obrigado, pessoal. Encerramos assim então a terceira parte da nossa audiência pública, com as nossas rodadas de questionamentos.